



Maio 68

*Vivemos num tempo em que parece anacrônico comemorar as cinco décadas do movimento que mobilizou uma geração hoje na faixa dos 70 anos. No entanto, há muitos motivos para refletir sobre o que iniciou em Paris e se alastrou pelo mundo. Dois deles talvez sejam a recuperação da capacidade de diálogo e o uso do ódio como única forma de expressão política. **CadernoJU***

BRASIL

Disciplinas abordam o golpe de 2016

A deposição da então presidente Dilma Rousseff em 2016 tem inspirado iniciativas acadêmicas em diversas universidades. Na UFRGS, até julho deste ano, uma série de aulas acontece no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), tendo como público-alvo alunos de graduação e pós-graduação. Também estão sendo realizados encontros abertos à comunidade promovidos pela Faculdade de Educação (FACED). **P7**

ENTREVISTA

Indígenas dialogam com instituições

Gersem Baniwa discute a relação entre os povos indígenas e a universidade a partir de sua dupla identificação indígena e acadêmica. “A universidade é uma instituição burocrática, é uma espécie de labirinto para quem não está acostumado.” Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas ocupou cargos estratégicos, como a coordenação geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação. **P9**

Ceclimar

40 anos de pesquisa sobre a fauna e a flora litorânea

Artigo

Pesquisas contribuem para avanços no tratamento da AIDS **P4**

Ensino Médio

A questionável aliança entre público e privado na educação **P5**

África

Iniciativas tornam mais conhecidas obras de filósofos africanos **P13**





Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

Expectativa em torno da CRES – 2018

De 11 a 15 de junho, em Córdoba, Argentina, ocorrerá a III Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES), organizada pela IESALC-Unesco com o apoio dos governos e a participação de associações, redes, universidades, sindicatos e outras instâncias envolvidas no setor. Essas conferências têm referenciado as políticas educacionais dos governos locais, o desenvolvimento das instituições de ensino superior e a efetiva interação entre universidades e sociedade na busca da prosperidade e da justiça social. Os documentos produzidos em Havana (1998) e em Cartagena (2008) contribuíram para valorizar e incrementar o potencial dos sistemas de Educação Superior (ES) da região.

A expectativa desta edição não pode ser diferente. Políticas, como o sistema de cotas brasileiro, resultaram na efetiva expansão do acesso às universidades, acompanhada da inclusão sem precedentes de segmentos marginalizados da população. Tendo o Brasil na liderança, a América Latina avançou na produção científica e tecnológica nas áreas de energia, agricultura, petróleo e gás, saúde e informática, alicerçada nas pesquisas em ciências básicas. As universidades incentivaram a mobilidade acadêmica e a

cooperação científica, expandindo parcerias com a América do Norte e a Europa, além de investir nas relações com países asiáticos.

Por outro lado, nesses vinte anos se acentuaram problemas que são desafios urgentes para todos. As assimetrias nacionais e regionais cresceram, na medida em que os aportes em ES estão longe dos padrões médios mundiais. Há ainda uma enorme demanda por acesso. Em nosso país, preocupa ainda a mercantilização do ensino, tomado por fundos de investimentos que se utilizam de subsídios públicos para promover o ensino privado e o crescente e incalculável endividamento da população estudantil. Da mesma forma, a falta de autonomia, restrições orçamentárias e de pessoal e o subfinanciamento da pesquisa condenam as universidades a um imobilismo fatal à expansão do conhecimento e à formação qualificada de pessoal. Tais cortes limitam a cooperação regional e as parcerias sul-sul, essenciais ao desenvolvimento sustentável, tornando as economias latino-americanas e caribenhas ainda mais dependentes do capital financeiro internacional.

Esses aspectos motivaram a organização da CRES-2018 a propor sete eixos para a conferência com foco na ES da América Latina e Caribe: (1)

O papel estratégico da ES no desenvolvimento sustentável; (2) A ES como parte do sistema educativo; (3) As relações da ES com a diversidade cultural e interculturalidade; (4) A interface da ES com a internacionalização e a integração regional; (5) A função da ES frente aos desafios sociais; (6) A pesquisa científica e tecnológica e a inovação como motores do desenvolvimento humano, social e econômico; (7) Os 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba.

Em Porto Alegre, promovemos um Ciclo de Conferências sobre os temas de cada um dos eixos. Da mesma forma, em uma parceria inédita das três principais representações das instituições universitárias públicas brasileiras – Andifes, Abruem e Conif –, foi organizado, sob a coordenação da UFRGS, o seminário *A Educação Superior Pública no Brasil*. Em paralelo, a Andifes colabora na organização regional do encontro e será representada em Córdoba por reitores e representantes das IFES. Por fim, cabe destacar o papel desempenhado pela nossa Universidade nesse processo em decorrência de sua histórica contribuição e de seu compromisso com a defesa da ES pública.

A sua participação pode mudar a UFRGS!

Responda à pesquisa

Acesse www.perfil.ufu.br e participe!



V PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONOMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUACAO Das Universidades Federais



Carta aos leitores

De novo, a via de acesso a Porto Alegre homenageia o ditador – simbólico é o retrocesso que traz “Castelo Branco” para o lugar de “Legalidade e Democracia”. De novo, a palavra ‘intervenção’ está no vocabulário – agora de modo concreto, no Rio de Janeiro, e não mais nas faixas de manifestantes. De novo, ‘a moral e os bons costumes’ querem domar a arte – como o ataque a um graffiti no Goethe Institut, na capital, e a proposta para instalar uma comissão que revisaria o conteúdo dos projetos beneficiados por leis de incentivo. De novo, nos deparamos com o prenúncio cantado por Chico Buarque em 1967: “Faz tempo que a gente cultiva/ A mais linda roseira que há/ Mas eis que chega a roda-viva/ E carrega a roseira pra lá”.

Com o intuito de refletir sobre esse passado que se tem feito presente, fomos atrás das memórias sobre maio de 1968. No Brasil, onde o apaziguamento com a anistia acordada nos anos 1980 foi visto como o fim desse período, as feridas não cicatrizam – a Comissão Nacional da Verdade pouco avançou em se comparando com os processos dos vizinhos sul-americanos.

Na mesma linha, trazemos uma re-

portagem a respeito das disciplinas que discutem a deposição de Dilma Rousseff da presidência da república em 2016 e suas consequências para a jovem e sempre instável democracia nacional. Ainda, um artigo esmiúça a recente reforma do ensino médio levada a cabo pelo governo federal de modo impositivo e alijado do debate social.

A sociedade em que vivemos e que no dia a dia construímos é fruto da pluralidade. Essa diversidade, porém, é constantemente subjugada por sentidos hegemônicos, e estes mascaram a complexidade do contexto social. No caso brasileiro, mesmo que as hegemonias venham sendo questionadas e subvertidas, muito disso ainda resta. Por isso, problematizar temas relativos aos povos indígenas é essencial: a entrevista com Gersem Baniwa o faz a partir de sua vivência e discute o papel da universidade nessas relações; e o relato de um educador físico trata do quanto questões aparentemente óbvias quanto a lógica corporal carregam consigo uma perspectiva normativa. Ainda tentando reverter esses processos de apagamento, abordamos uma parte da filosofia excluída por ser produzida fora dos eixos centrais:

filósofos africanos não têm suas ideias tão amplamente discutidas como as de seus pares europeus. Na seção JU Indica, há um texto sobre *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*, obra que reverte esse fluxo repressor ao apontar um conjunto de heroínas nacionais pouco mencionadas em nossa história.

Ainda, o conhecimento da literatura é uma questão de acesso: o projeto *Mãos aventureiras* busca romper a barreira da linguagem ao contar histórias infantis em Libras e disponibilizá-las em vídeo. Com foco na infância, mas voltado para a desconstrução da lógica do vocabulário segundo a qual o sentido dos dicionários é tomado como absoluto – hegemônico, de novo! –, o *Cabeça de Criança* tenta redescobrir a pluralidade de sentidos ao redor de ideias como ‘escola’ e ‘universidade’.

Completam esta edição um debate sobre a pandemia de HIV e um ensaio fotográfico na Bienal do Mercosul. As efemérides importantes para a UFRGS são recuperadas em matérias sobre os 40 anos do Ceclimar, em Imbé, e os 10 anos do repositório digital Lume.

Boa leitura!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor chefe Everton Cardoso
Editora executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor assistente Felipe Ewald
Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Felipe Drenkmann Hackner
Repórter fotográfico Flávio Dutra
Revisão Antônio Falchetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Camila Souza, Paula Barcellos, Ricardo Santos e Vanessa Petuco
Estagiárias Natássia Ferreira e Samara Onofre
Circulação Cristiane Lipp, Heidrich
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornaldufrgs

Lume completa uma década

Na última edição do The Ranking Web of World Repositories, o Lume, que há 10 anos armazena toda a produção técnico-científica da Universidade, aparece como o primeiro da América Latina, o 16.º mais acessado dentre os repositórios institucionais (Top Institutionals) e o 21.º no ranking mundial. O objetivo desse ranqueamento é mostrar a repercussão das produções e valorizar as iniciativas de promoção de acesso livre às publicações científicas e acadêmicas. O ranking é elaborado pelo Cybermetrics Lab, um grupo de pesquisa do Consejo Superior de

Investigaciones Científicas (CSIC) da Espanha.

O que explica a visibilidade do sistema é a boa indexação junto ao Google. Qualquer pessoa com acesso à internet pode encontrar o resultado de buscas, como para doença que acometa animais domésticos ou algum tema relativo a uma descoberta no campo da astrofísica. “As pesquisas da Universidade disponíveis na internet dão um retorno para a sociedade. Recebemos ligações e e-mails de pessoas de diversas partes do país solicitando o contato de um pesquisador após encontrar o tras-

balho realizado aqui na UFRGS. Conseguimos, assim, enxergar de forma mais ampla o benefício do que é estudado aqui”, ressalta Caterina Groposo Pavão, bibliotecária e membro da gerência do Lume.

O sucesso também está no “povoamento” sistemático da plataforma. A entrada de novos e-books, artigos ou trabalhos de conclusão de curso é contínua e eficaz, sendo que todos os documentos precisam ter sido submetidos a uma banca examinadora ou publicados em revistas científicas. Quando lançada a plataforma, em 2008, havia 14 mil documentos. Hoje já são 190 mil.

Nos últimos cinco anos, a média mensal de inclusão de novos itens no Lume é de dois mil trabalhos científicos. O que explica isso? A organização interna entre as 32 bibliotecas da UFRGS, a equipe específica do Lume e o Centro de Processamento de Dados da Universidade. “Esse é um diferencial que conseguimos obter assim que surgiu a ideia e a recomendação do Ministério da Educação para que teses, artigos e demais trabalhos acadêmicos fossem disponibilizados na rede. A maior parte das universidades não conseguiu se organizar para ter um sistema como o nosso. Antes disso, os trabalhos estavam disponíveis somente nos

sistemas internos de cada biblioteca”, destaca Caterina.

Em geral, as áreas de Engenharia e Saúde são as mais procuradas. Nessa década de sistema Lume, entre teses e dissertações, foram 8,3 milhões de downloads em todas as Engenharias e 7,5 milhões de trabalhos baixados em Ciências da Saúde. No entanto, a dissertação de mestrado mais baixada do repositório até o momento, com 366.907 downloads, é da área da Educação. Trata-se do trabalho *O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora*, defendido por Márcia Silvana Silveira Barbosa em 2004.

Já a tese de doutorado mais baixada – 120 mil downloads – foi *Estratégia de prevenção dos acidentes de trabalho na construção civil: uma abordagem integrada construída a partir das perspectivas de diferentes atores sociais*, defendida por Ane Lise Pereira da Costa Dalcil em 2001 no PPG em Administração. O trabalho de conclusão de curso de graduação mais baixado é *Qualidade da informação na adoção do software LAMPS2 na 1. Divisão de Levantamento – Exército Brasileiro*, defendido por Tomás Dalcil na Escola de Administração em 2007 – com quase 400 mil downloads.



Hoje o repositório da UFRGS disponibiliza 190 mil títulos para pesquisa e tem a inclusão de dois mil trabalhos científicos por mês



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

Tomografia para detectar Alzheimer

Os casos de doenças neurodegenerativas vêm crescendo. De acordo com dados divulgados pela Alzheimer's Disease International, estima-se que, em 2050, mais de 131,5 milhões de pessoas sofrerão algum tipo de demência, como a doença de Alzheimer que é responsável por até 80% dos casos de demência no mundo. Com os avanços da ciência, tornou-se possível a realização de exames *in vivo*, como as tomografias.

Andréia Silva da Rocha é mestrande em Bioquímica da UFRGS e foi uma das dez premiadas com a Young Investigator Scholarship, honraria concedida pela Alzheimer's Drug Discovery Foundation. O prêmio possibilitou sua participação na 18.ª International Conference on Alzheimer's Drug Discovery, que ocorreu nos dias 11 e 12 de setembro de 2017 nos EUA.

Os estudos de Andréia baseiam-se na utilização de imagens captadas pelo sistema PET-FDG, que detecta as regiões cerebrais que mais consomem glicose. Durante muito tempo, acreditou-se que o consumo de glicose estava ligado unicamente aos neurônios. A partir de diversas pesquisas, entre elas a de Andréia, foi descoberto que outras células também consumiam essa substância, como os astrócitos – fato que pode contribuir para o diagnóstico de doenças cerebrais.

A aluna explica que “com a utilização do sistema PET-FDG, foi a primeira vez que se conseguiu produzir imagens funcionais em testes *in vivo*. Hoje conseguimos dizer com mais certeza se o paciente tem aquela patologia ou não”. O sistema também permite, com maior exatidão, distinguir os diferentes tipos de demência, auxiliando no tratamento adequado para cada caso.

Emerson Santos,
estudante do 3.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa
Para saber mais sobre a pesquisa a respeito do imageamento cerebral, assista ao programa Pesquisa em Pauta que vai ao ar no dia 5 de junho, às 23h, com reprise no dia 7 de junho, às 18h, e 9 de junho, às 13h. Na UNITV, canal 15 da NET POA. O programa também pode ser acompanhado ao vivo pela internet pelo site www.unitv.tv.br

ENFERMAGEM

Programa de pós-graduação comemora 20 anos

Com cinco linhas de pesquisa, e sendo o primeiro de sua área a ser criado no estado, o Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF) da UFRGS chega aos 20 anos de existência com o conceito 5 da Capes. Ao longo desses anos, o programa já tituló 340 mestres e 110 doutores, distribuídos entre as duas subáreas de concentração: *Cuidado em Enfermagem e Saúde*

e *Políticas e Práticas em Saúde e Enfermagem*. De acordo com sua coordenadora, Miriam de Abreu Almeida, parcela significativa dos egressos do curso tem se dedicado à docência, com ex-alunos atuando em universidades em estados como o Rio Grande do Norte e em países como os Estados Unidos.

Para abrir as atividades comemorativas pelas duas décadas do PPGENF, estão programados dois

encontros que ocorrerão no final deste mês, ambos na Escola de Enfermagem, no Câmpus Saúde. O primeiro será no dia 28, às 9h, com a presença do presidente da Fapergs, Odir Antônio Dellagostin, que falará sobre a importância das pós-graduações para avanços e inovações tecnológicas e científicas. No dia 29, a programação estende-se ao turno da tarde e tem entre os temas abordados a re-

trospectiva histórica do programa com a participação de professoras fundadoras e de alunos egressos.

As inscrições são gratuitas e será fornecido certificado de extensão aos participantes que obtiverem um mínimo de 75% de frequência e efetuarem o pagamento da taxa de expedição. Informações pelo e-mail ppgenf@enf.ufrgs.br ou pelo telefone 3308.5081.

ESTUDANTES

PRAE lança Núcleo de Assistência Nutricional

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), por meio da Divisão de Alimentação, oferece um novo serviço aos alunos da UFRGS: o Núcleo de Assistência Nutricional (NAN), criado a partir dos princípios da construção de Universidades Saudáveis no Brasil para promover a saúde e a educação alimentar e nutricional nesses espaços. As atividades começaram no mês de abril de forma experimental e estão estruturadas em três frentes: Atendimento Clínico Individual, voltado inicialmente a beneficiários PRAE

moradores das casas de estudantes; Atendimento Nutricional em Grupos, para beneficiários PRAE, com palestras e dinâmicas temáticas; e Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional, com ações nos restaurantes universitários.

Conforme a diretora da Divisão de Alimentação, Ludymila Barroso, o tema abordado na estreia do NAN é o *Guia Alimentar para a População Brasileira*. Os frequentadores dos RUs podem conferir orientações do guia nos murais e nos bufês, como parte das ações do eixo das Estratégias



de Educação Alimentar e Nutricional. Os atendimentos clínicos individuais começaram no dia 3 de abril, contemplando inicialmente 20 alunos. O atendimento em grupos já tem duas turmas formadas. Após a fase-piloto, há previsão de ampliação no número

de estudantes atendidos.

Mais informações sobre o NAN podem ser encontradas na página da PRAE (www.ufrgs.br/prae), onde está disponível a newsletter da Divisão de Alimentação, com orientações completas sobre o novo serviço.



Horizontes para o fim da pandemia de HIV/AIDS

Joel Henrique Ellwanger, Tiago Degani Veit e José Artur Bogo Chies*

O cenário da epidemia causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) no Rio Grande do Sul é alarmante. Segundo dados do Ministério da Saúde, a taxa de detecção em gestantes no estado é de 10,1 casos a cada 1.000 nascidos vivos – a mais alta entre as unidades da federação. Atualmente, os tratamentos para o controle do HIV e o combate a AIDS são seguros e efetivos. Se os medicamentos forem tomados corretamente, o paciente vive de forma muito similar àquela que vivia antes de ser infectado. Porém, diferentemente do que muitas pessoas pensam, aderir ao tratamento nem sempre é fácil. Ainda existem muitos problemas relacionados aos efeitos colaterais que os medicamentos anti-HIV (antirretrovirais) podem causar. Além disso, o preconceito e a discriminação em relação aos portadores do vírus é um problema a ser superado.

Os resultados dos testes de vacinas contra o HIV não são animadores, ao menos em curto prazo. É improvável que um dia consigamos acabar com a circulação do vírus entre humanos. Entretanto, caso as ações corretas sejam efetivadas, é possível que o número de infectados pelo HIV seja reduzido a níveis abaixo daqueles considerados epidêmicos. Para que isso aconteça, precisamos fortalecer algumas ações e superar importantes barreiras. Três delas merecem destaque:

I. é fundamental ampliar o acesso aos medicamentos anti-HIV para o maior número possível de infectados. Quando são tomados de forma adequada, o número de partículas do HIV circulantes no organismo do indivíduo torna-se extremamente baixo. Isso faz com que os impactos negativos da infecção pelo HIV também sejam diminuídos consideravelmente. Além disso, quanto menor

o número de partículas do vírus circulando no corpo, menor a chance de ele ser transmitido para outras pessoas. Hoje também se sabe que, quanto mais cedo o tratamento é iniciado, mais lenta será a deterioração do sistema imunológico causada pelo HIV. Dessa forma, o diagnóstico precoce do vírus é essencial;

II. os “reservatórios virais” (locais e células do corpo onde o HIV se esconde das defesas do sistema imune e dos antirretrovirais) precisam ser detalhadamente identificados. Além disso, é necessário desenvolver formas efetivas de eliminar o vírus desses reservatórios. Mesmo quando um portador do HIV estiver recebendo tratamento – e, portanto, o número de partículas virais circulantes no corpo for muito pequeno – algumas cópias do HIV permanecem escondidas nos reservatórios. Basta o paciente interromper o tratamento para que o vírus saia desses locais e volte a se multiplicar. Atualmente a erradicação dos reservatórios virais é um dos principais desafios a serem superados para que o tratamento contra o HIV seja completo; e

III. estratégias inovadoras para a prevenção de novos casos de infecção pelo HIV devem ser colocadas em prática. Além do uso de preservativos, ação classicamente efetiva contra o vírus, o uso de medicamentos que também protegem contra a infecção já começou a ser testado no Brasil. Essa estratégia é conhecida como PrEP, que significa Profilaxia Pré-Exposição. A PrEP é basicamente um medicamento anti-HIV tomado por uma pessoa que não é portadora do vírus, com o objetivo de reduzir as chances de ser infectado através de relações sexuais. Essa estratégia é útil para indivíduos que correm um risco aumentado de contrair o HIV, como profissionais do sexo, por exemplo. Em países como os Estados Unidos, a PrEP já

é uma realidade e aos poucos está sendo implementada aqui no Brasil pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dados de diversos estudos epidemiológicos mostraram que a PrEP é segura, efetiva e representa mais uma arma no combate ao HIV.

Comparando pacientes que sofriram de AIDS nas décadas de 1980 e 1990 com grande parte dos portadores do HIV de hoje, fica evidente que os avanços feitos no tratamento da AIDS são enormes. Essas conquistas se devem principalmente às pesquisas científicas que identificaram os aspectos básicos do vírus, seus modos de transmissão e as formas de combatê-lo. Alguns avanços científicos na área da genética e imunologia merecem destaque. Descobriu-se que variantes de genes que regulam a ação do sistema imunológico humano, o sistema “de defesa”, fazem com que alguns indivíduos reajam de forma particular à infecção pelo HIV. Devido a essas variações genéticas, alguns portadores do HIV progridem lentamente para a AIDS, enquanto outros progridem de forma mais rápida que o esperado. Mais impressionante ainda é saber que algumas pessoas são altamente suscetíveis à infecção pelo HIV. No outro extremo, existem indivíduos que, mesmo se expondo ao vírus, dificilmente são infectados. Essas características que influenciam a suscetibilidade ao vírus também são devidas, ao menos em parte, a particularidades imunológicas herdadas; ou seja, são determinadas pela genética. Conhecer genes – e suas variantes – que atribuem maior suscetibilidade ou proteção à infecção pelo HIV permite identificar populações que merecem mais atenção em estratégias de prevenção. Além disso, entender como variantes genéticas protegem uma pessoa contra a infecção pelo HIV pode ser útil para o desenvolvimento de novos antirretrovirais.

A ciência que une a imunologia com a genética é conhecida como imunogenética. Na UFRGS, o Laboratório de Imunobiologia e Imunogenética desenvolve desde 2010 diversas pesquisas com o objetivo de entender como aspectos genéticos humanos influenciam a resposta imune contra o HIV. Recentemente um trabalho do laboratório foi destacado pela editora Elsevier em uma coleção especial alusiva ao Dia Mundial da AIDS, com 32 artigos científicos selecionados pela relevância à potencial contribuição para o fim da pandemia de HIV/AIDS. O artigo incluído na coletânea faz uma revisão crítica da literatura sobre o papel das estruturas vesiculares liberadas pelas células, chamadas de exossomos, dentro do curso da infecção pelo HIV. Sabemos que o vírus explora essa forma de comunicação celular por microvesículas durante a infecção, e esse conhecimento pode levar a novos tratamentos. O reconhecimento recebido com esse trabalho destaca a importância das pesquisas realizadas na UFRGS para os avanços sobre a compreensão da interação do HIV com o organismo humano. Mais importante ainda, mostra que as pesquisas feitas aqui no Brasil são de relevância global, confirmando que, apesar das dificuldades políticas e orçamentárias, os cientistas brasileiros conseguem fazer contribuições importantes no campo das pesquisas internacionais sobre HIV/AIDS. É necessário frisar que apenas com o fortalecimento das investigações científicas e por meio de estratégias inovadoras de saúde pública conseguiremos superar os novos desafios que o HIV nos apresenta.

* Doutorando do PPG em Genética e Biologia Molecular; professor do Dep. de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia; e professor do Dep. de Genética, respectivamente

FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - ABRIL/2017



No enfrentamento do HIV, são relevantes as campanhas de informação, assim como a atuação de organizações como o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA)

Disputas em torno do ensino médio



Alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Alberto Torres conversam durante o intervalo de aulas

Vera Maria Vidal Peroni, Maria Raquel Caetano e Scheiler Fagundes Carvalho*

O campo que está em disputa com a reforma do ensino médio é o conteúdo da educação para a formação das próximas gerações. Conforme os dados apresentados pelo censo escolar da educação básica de 2016, mais de 80% dos jovens estudam em escola pública no Brasil. Quando se toma apenas o ensino médio, o percentual se amplia para 84,8%, sendo que a rede estadual concentra 96,9% das matrículas do sistema público.

Ainda que a garantia do acesso à educação pública tenha sido ampliada, o que consideramos um avanço, verificamos a presença – e quiçá certo protagonismo – do privado mercantil definindo a educação pública por meio das parcerias entre público e privado. Em outras palavras, o estado continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e administrativo da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem o viés mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública. Segundo essas instituições, a lógica do mercado seria a mais eficiente e eficaz, em detrimento do fazer público da e na escola, desconsiderando suas especificidades e o compromisso com a formação cidadã e democrática, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Atualmente, o “Novo Ensino Médio” instituído na medida provisória – hoje convertido na Lei 13.415/17 –, sem diálogo com educadores, entidades e alunos, alterou a LDB no que se refere à organização

curricular e pedagógica do ensino médio. O artigo 36 passa a ter nova redação, que estabelece que o currículo do ensino médio será composto por duas partes: a primeira, que prioriza os componentes curriculares de português e matemática “contidos” na Base Nacional Comum Curricular; a segunda, que é composta por cinco itinerários formativos flexíveis às escolhas do aluno em áreas de conhecimento ou formação técnica e profissional.

A reforma apresenta características de uma grande aliança entre instituições privadas, como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Todos pela Educação, o Instituto Unibanco, entre outros. Essas entidades têm relações em rede, por meio de sujeitos individuais e coletivos, e disputam a direção e a execução da educação. Podemos verificar os arranjos que as favorecem, como a lei referida acima, que permite a realização de parcerias público-privadas para a formação técnica e profissional, e a realização de convênios para a oferta de cursos a distância.

Estamos falando de um grande e ambicionado mercado, se considerarmos o número de matrículas majoritariamente na rede pública e a possibilidade de termos até 40% do ensino médio realizado na modalidade EAD, como previsto na discussão feita pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação. Não por acaso, o Instituto Unibanco (IU) é um dos principais sujeitos na reforma do ensino médio, operando com uma série de instituições através de parcerias público-privadas para viabilizar a implantação do programa Jovem de Futuro, sua principal tecnologia educacional, nas redes públicas de ensino médio.

Atuando em várias frentes e em conjunto com seus parceiros, o IU divide essa parceria em várias áreas de atuação: produção de conhecimento, financiamento, debate público, fortalecimento institucional, qualidade do ensino médio, fomento e ação com juventudes. Em uma de suas frentes de atuação, o IU realizou em junho de 2017 o *Seminário Internacional Desafios Curriculares do Ensino Médio: flexibilização e implementação*, no qual articuladores e gestores discutiram o desenho do novo ensino médio.

As apresentações emblemáticas no seminário ficaram por conta dos secretários estaduais de educação de Santa Catarina e Espírito Santo. Estes apresentaram uma série de parcerias com instituições para atender à nova política. O representante catarinense, que já foi presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação e atualmente preside o CNE, expôs as parcerias com o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Natura e o Itaú BBA, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O secretário capixaba, por sua vez, exibiu as parcerias com o Instituto Ayrton Senna, o Unibanco, o Instituto de Cidadania Empresarial e a Fundação Carlos Chagas. Esses casos são emblemáticos porque as parcerias interferem no conteúdo da educação pública, na elaboração do currículo, na formação dos professores, na gestão escolar e no comportamento dos alunos.

O foco nas novas arquiteturas curriculares que perpassam a formação de professores e a gestão escolar – a fim de que estas consolidem um projeto societário em disputa – coloca em relevo a centralidade

do mercado em detrimento de pautas históricas e relevantes para a educação pública, como os baixos salários dos professores, o descumprimento do Plano Nacional de Educação, a precariedade das condições de trabalho na área da educação, as precárias estruturas das escolas, entre outras. Para os articuladores da reforma do ensino médio, os problemas da educação podem ser resolvidos na escola por uma gestão voltada para resultados, com a lógica empresarial e mercantil. Os desafios acima colocados seriam apenas e tão somente parte de um cenário desafiador que não deve arrefecer o projeto salvacionista do qual institutos e fundações empresariais são donatários.

Quando políticas de âmbito nacional são gestadas no sentido da retirada da participação, do diálogo e da autonomia da comunidade educacional, e introduzidas de forma arbitrária, como é o caso da medida provisória do ensino médio, sem levar em consideração as construções já realizadas, temos a clara dimensão de qual projeto o capital quer para o país. Como fazer educação democrática, crítica e solidária se quase a metade do currículo escolar poderá ser a distância? O professor será substituído pelo tutor? Trata-se da precarização da educação voltada à juventude que mais precisa da escola pública. Trata-se, enfim, do aprofundamento das desigualdades sociais.

* Professora da FAGED/UFRGS; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS (câmpus Charqueadas); e professora da rede estadual do RS, mestranda do PPGEDU/UFRGS, respectivamente



Arranhando palavras

Vocabulário Projeto de pesquisa Saberes Significativos, desenvolvido pela Faculdade de Educação, busca incentivar a escrita criativa e um novo enfoque em relação à linguagem

O que, afinal, querem dizer as palavras? Os sentidos estabelecidos pelos dicionários são, de fato, absolutos? Sendo a língua um elemento vivo e em constante mutação, é claro que tudo isso é ponderável e relativizado. É a partir desse viés que me pareceu interessante o projeto *Saberes Significativos*, coordenado pelo professor da Faculdade de Educação (Faced) da UFRGS Luciano Bedin da Costa. São dois anos trabalhando diretamente com escolas e levando adiante a intenção de refletir sobre o que uma palavra quer dizer para as novas gerações. “Nosso trabalho metafóricamente é recuperar essa cabeça de criança. Acho que é um trabalho político também. O mundo como um grande dicionário. Viver o mundo é viver entre as palavras, guiado pelas palavras e às vezes contra as palavras. Antes mesmo de nascer, já somos falados”, explica o pesquisador.

Com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado ao projeto de pesquisa *Cabeça de Criança: arte, educação, filosofia e infâncias*, a iniciativa também pretende incentivar a escrita criativa e a busca por uma infância presente nas pessoas. “Os alunos das licenciaturas realizam oficinas nas escolas [de ensino fundamental e médio, EJA e Centro de Cumprimento de Medida Socioeducati-

va], assim como as escolas também realizam oficinas com a gente. É uma troca”, pontua Luciano. A ideia é aproximar a academia do exercício prático: “Uma questão que os alunos de licenciatura nos demandam é uma aproximação maior com a escola – o que eles chamam de ‘realidade lá fora’. Alguns deles criticam o currículo porque às vezes teorizamos demais e não vamos para a prática”. Tatiele Corrêa, licencianda em Ciências Sociais pela UFRGS, é outra integrante da pesquisa e relata que os graduandos trazem as experiências de campo, dizendo serem os primeiros contatos “reais” com escolas. “Os universitários até iam às escolas, mas mais para a coleta de dados, e não para um trabalho direto com os estudantes. Outros dizem que só tiveram contato no estágio, que costuma ser feito apenas no final dos cursos”, conclui Tatiele.

Sentidos diversos – Dos desdobramentos do projeto *Cabeça de Criança* nasceram livros que são fruto da escrita coletiva de alunos de variadas idades, dos 2 aos 80 anos. Entre as obras, estão *Inspiradores de mundos*, *Partituras do silêncio* e *Estátuas de nuvens*. As 294 páginas desta última trazem 489 verbetes produzidos por 463 alunos e professores da rede pública e da Faculdade de Educação. Os organizadores contam a alegria

dos infantes, no lançamento do livro, em novembro de 2017, ao ocuparem o lugar de autores de uma obra literária: “Foi recompensador vê-los autografando aqueles livros. Havia uma luz nos olhos de cada um no dia do lançamento no centro de Porto Alegre. Foi lindo”, relata Luciano.

Nessa obra, o grupo Ladaia de MonteBlack, composto por alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Adelaide de Sá Brito, de Montenegro, traz suas acepções sobre o termo “professor”: “Aquele que ensina, não ensina, o que se importa, é brabo, o que pede licença para atender ao telefone. O que fala nossa linguagem e também tem o que apanha de alunos”.

Em um exercício de aproximação com esse processo de pesquisa, perguntei a estudantes da UFRGS que ideia tinham a respeito desse mesmo termo. A intenção era verificar que tipos de novos significados os graduandos tendem a dar a palavras que fazem parte do dia a dia acadêmico. Busquei, assim, fugir da obviedade dos *Aurélios* e *Michaelis* a partir de uma súbita pergunta feita a estudantes flagrados pelos Câmpus do Vale e Centro. Entre as ressignificações para esse mundo de possibilidades que é a linguagem, está o que pensa Eduarda Schubert, 19 anos, do 2.º semestre de Engenharia de Alimentos: “Professor é aquele que ensina, a base de tudo”. Já Richard

Eduardo, que tem a mesma idade e está no 2.º semestre de Letras, vai além: “É o cara que é o mestre. Que sabe, se dedica e passa noite acordado, treinando para passar o conhecimento dele. Eu entendo o papel do professor. Pra mim, é o cara que tá ali pra ajudar”. Mas e o que pensa um especialista nessas questões sobre essa mesma palavra? A professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS Fernanda Wanderer diz que, seguindo a linha teórica pela qual se guia – foucaultiana –, nestas palavras está o que realmente esses alunos pensam: “Mesmo interpelados por um repórter, a visão que trazem é aquela que vivenciam no dia a dia”, avalia.

Universidade – Ao parar os dedos sobre a página 209 do *Estátuas de nuvens*, encontro o verbete “universidade”: “[É o lugar em que] Às vezes experimentamos umas vitórias, mas, geralmente, só derrotas”, comicamente define o coletivo *MDC da psique*. Porém, acrescenta de maneira contundente: “É a casa de todos, mas nem todos podem entrar”. Ao continuar a abordagem aos estudantes da UFRGS, me deparei, também, com essa visão de espaço sublime, mas de acesso restrito à sociedade.

Durante a circulação pelos câmpus, fiz a breve pergunta, novamente, a alguns solícitos alunos: o que é universidade? “É

um espaço completamente diferente do resto da sociedade. Um mundo novo. É acesso à cultura e ao lazer. Coisas que tu não tens fora daqui”, definiu William de Oliveira, 25 anos, do 6.º semestre do curso de Geografia, que caminhava rumo a uma das saídas do Câmpus Centro. Já no Vale, pedi a Pietá Ribeiro, 19 anos, que está na fase inicial do curso de Estatística, que desse a sua interpretação. “Universidade é um espaço no qual todo mundo vai para teoricamente aprender, mas também tem a parte da diversão. Tem coisas muito boas e coisas muito ruins. Quem está no ambiente sempre vê as coisas muito ruins, e quem está fora sempre vê as coisas muito boas”, infere a estudante, ao transparecer um misto de emoções, quando defrontada com a necessidade de definir palavra tão importante nesse momento de sua vida. Se, para aqueles que ainda não chegaram à universidade, esse ambiente ainda tem algo de inacessibilidade, é perceptível, entre os graduandos, uma ideia desse lugar como de difusão do conhecimento, de convívio com aqueles de interesses semelhantes e também de aproximação a realidades desconhecidas.

Ricardo Santos,
estudante do 9.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/11



Eduarda Schubert, aluna de Engenharia de Alimentos, define professor como a base de tudo no ambiente universitário



Democracia brasileira em discussão

História Cursos sobre o processo que levou à destituição da ex-presidente Dilma Rousseff se espalham por universidades de todo o país

Samantha Klein

Independentemente das controvérsias ideológicas que o assunto gera, o processo que culminou com a retirada de mandato da então presidente Dilma Rousseff – o segundo processo de impedimento do mandato de um chefe do Executivo no Brasil em duas décadas – é pauta para discussão histórica, política, econômica e cultural. Na UFRGS, dois cursos de extensão estão debatendo o episódio sob perspectivas várias.

Até julho deste ano, uma série de aulas acontece no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade, onde as atividades têm como público-alvo alunos de graduação e pós-graduação, podendo ser utilizada como horas complementares. Já na Faculdade de Educação, os encontros são abertos a todos os interessados, e a última aula ocorrerá no final do mês de maio com a temática *Jornadas de junho de 2013: uma visita da juventude em 2018*.

Os cursos realizados na Universidade são inspirados na disciplina optativa oferecida pela Universidade de Brasília (UnB). As aulas, conforme a diretora do IFCH/UFRGS, Claudia Wassermann, tratam dos últimos acontecimentos políticos relevantes do Brasil. “Temos professores que estudam a questão do trabalho, dos sindicatos e as consequências que o golpe teve no campo do trabalhador. Não me parece que alguém no curso esteja discordando da ideia de que existiu um golpe parlamentar. Mas é possível que alguém discuta essa questão”, revela.

Em março, com a reação negativa do ministro da Educação, Mendonça Filho, à criação da disciplina na UnB, houve uma proliferação de cursos semelhantes em instituições de ensino superior em diversos estados, incluindo a Universidade Estadual de Campinas, as universidades federais do Amazonas, da Paraíba e da Bahia, entre outras. “O governo federal não pode interferir na autonomia das universidades. O ministro não pode interferir nos programas das disciplinas por causa da Constituição, que garante a liberdade de expressão, e da LDB, que garante autonomia para programar os conteúdos”, destaca Wassermann.

Fato marcante – A deposição de Dilma Rousseff provavelmente estará na lista dos principais



Em 2016, faixas pró-impeachment eram vistas no Parcão, zona nobre de Porto Alegre

eventos que ocorreram no século XXI na política brasileira e, talvez, na política latino-americana. É o que opina o professor Alfredo Gugliano, do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. “A partir disso houve um giro radical na política brasileira, na economia do país e nas relações internacionais. Fruto de 2016, tivemos um processo que encarcerou um ex-presidente da República. Penso que são motivos mais do que suficientes para transformar o processo de deposição da ex-presidente num tema importante para a discussão na sociedade. E onde há grandes temas, a universidade pública tem um papel central para o desenvolvimento do debate público”, ressalta.

O conceito de “golpe” foi amplamente estudado por cientistas políticos e sociais e, nessa concepção vinculada à política, se relaciona ao descumprimento ou à interrupção de determinadas práticas consensuais de governos democráticos. No caso específico de 2016, ainda que o processo tenha sido considerado legal, pesquisadores apontam que o problema foi a instrumentalização da legislação para a deposição de Dilma Rousseff. Em 1964, o Congresso Nacional utilizou a Constituição de 1946 para declarar a vacância do cargo pre-

sidencial e depor João Goulart, argumentando que o pedetista havia deixado o país.

Porém Goulart estava em território nacional enquanto era realizada a sessão conjunta entre deputados e senadores. Ou seja, ainda que prevista por lei, a medida foi utilizada indevidamente. De acordo com a professora Caroline Bauer, do Departamento de História da UFRGS, casos como esses caracterizam um golpe. “É interessante saber como e com quais objetivos o passado é acionado no presente. Foram muitos os comparativos de 2016 com a conjuntura de 1964. É possível estabelecer alguns paralelos, cuidando, sempre, com o anacronismo e as simplificações. Uma dessas aproximações diz respeito ao papel do legislativo em ambos os eventos e também à progressiva militarização do Estado”, comenta.

Desdemocratização – Esse é um conceito que vem sendo utilizado nas ciências sociais em âmbito mundial com diversos sentidos. O historiador norte-americano Charles Tilly, por exemplo, utiliza o termo para descrever processos de desgaste da democracia que frequentemente levam à derrocada do regime. O professor Alfredo Gugliano considera que desdemocratização

significa a perda de qualidade da democracia a partir de atos políticos que podem ser considerados retrocessos em aspectos centrais que identificam o regime democrático, o que, no entanto, não significa a morte da democracia.

De acordo com o cientista político, no Brasil, a partir da posse do presidente Temer, houve um desmonte de instituições que representavam a ampliação do controle público sobre as ações governamentais – algo que também poderia ser incluído no rol da perda de espaços democráticos no país. “O principal exemplo recente de desdemocratização é o golpe de 2016, porque conflitos políticos que deveriam ser resolvidos pela via eleitoral acabaram justificando a destituição de uma presidente eleita. E, como sabemos, o respeito aos resultados eleitorais é uma das pedras angulares do que atualmente se entende como uma democracia.” Apesar disso, o docente não considera que a democracia brasileira seja frágil. “O fato de termos vivido duas destituições de presidentes nos últimos 25 anos, sem que isso tenha desestruturado as instituições democráticas, é mais uma prova de força do que de fragilidade. Apesar de diversas conturbações, muitas das características básicas do que se considera uma democracia estão vigentes no

país. É bem verdade que é uma democracia de baixa qualidade, cheia de remendos, mas uma democracia estável”, explica.

A professora Caroline Bauer, em outro viés, diz que há fragilidades no regime político, mas questiona os parâmetros sob os quais elas são apontadas. “A democracia só pode ser questionada dentro da própria lógica democrática, e esse é um paradoxo e uma de suas possíveis fragilidades. Porém, mais do que se perguntar sobre a fragilidade da democracia, acredito que mais importante é se questionar sobre a ausência de compromisso com a democracia e com os ideais republicanos. Isso tem a ver com culturas, com práticas, e nos remete diretamente às ações dos sujeitos”, complementa.

Os interessados no curso *O golpe de 2016 e a nova onda conservadora no Brasil* podem acompanhar as aulas em facebook.com/IFCHdaUFRGS

Quem quiser acompanhar as palestras na Faced pode verificar o calendário em ufrgs.br/faced/faced-oferece-curso-sobre-o-golpe-de-2016



As mãos que contam histórias

Libras *Projetos buscam a inclusão da população surda no universo da literatura*

Durante a infância, Carolina Hessel, professora da Faculdade de Educação, sentiu grandes dificuldades para compreender o mundo e o imaginário. Foi inicialmente alfabetizada em Português e somente aos 12 anos começou a estudar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas não tinha alguém que lhe contasse histórias. Hoje tem doutorado em literatura surda, dá aulas de Libras na UFRGS e já trabalhou com a hora do conto em escolas especializadas. No entanto, foi depois de observar o filho, que é ouvinte, participando de oficinas de contação em locais públicos que percebeu que não havia inclusão de crianças surdas nesses espaços. Pensando na questão do desenvolvimento intelectual, Carolina idealizou o projeto *Mãos Aventureiras*. Com isso, a educadora – que cresceu num mundo em que não parecia se encaixar –, depois de muita luta e resistência, busca incluir pessoas que, como ela, são surdas.

Ao contar histórias, o contador interpreta, improvisa e tem necessidade de que o espectador vá além do que está sendo dito no momento. Para o psicólogo russo Lev Vygotsky, que estudou o desenvolvimento intelectual das crianças, as palavras e os

gestos possibilitam transformar uma coisa em outra. Segundo ele, a imaginação não emerge do nada, ela requer um trabalho de construção histórica e de uma infância relacionada com a cultura. Dessa maneira, a literatura é a base para a contação de histórias; é nela que estão contidos o abstrato e a imaginação.

Contação – A iniciativa de Carolina consiste em vídeos em que ela própria aparece contando em Libras as mais variadas narrativas, sejam clássicas ou não. Com poucos recursos, a professora grava tudo com uma câmera própria e recebe o auxílio do bolsista Gabriel Cianeto na edição do material e do webdesigner Marcelo Bertoluci na criação do site e do logotipo do projeto. Além do apoio da família, há também o incentivo dos amigos para que ela continue expandindo seu trabalho e, quem sabe, possa levá-lo às escolas e à comunidade surda, já que nem sempre as crianças têm acesso fácil e direto à internet por falta de recursos financeiros ou de acessibilidade.

Com quase treze mil acessos, o site www.ufrgs.br/maosaventureiras dispõe de textos que relatam um pouco da história de Carolina e do projeto, assim como

dos objetivos da proposta. No canal do Youtube onde são postados os materiais desde dezembro de 2017 há mais de 3.400 inscritos, e na página do Facebook as curtidas já são mais de mil. Segundo a professora, essa é uma concepção original, porque, apesar de existirem outras ideias parecidas, há a diferença de que ou não são interpretadas e planejadas por surdos, e sim por intérpretes, ou então são trabalhadas somente histórias da literatura infantil clássicas que não fogem ao comum.

Na escola – A língua brasileira de sinais é um idioma complexo, composto por uma gramática própria. Desde 2002, é reconhecida como língua oficial do Brasil. Apesar de pouco usada pelos cidadãos ouvintes, esse recurso pode servir aos cerca de 10 milhões de brasileiros que possuem algum grau de deficiência auditiva, o que representa 5,2% da população, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela legislação federal, é obrigatório o uso de recursos visuais nas propagandas oficiais do governo, e a profissão do tradutor e intérprete de Libras é regulamentada. Além disso, a lei brasileira de inclusão trata da acessibilidade

em áreas como educação, saúde, lazer, cultura e trabalho. Isso, no entanto, ainda não se encontra integralmente implementado, mas há espaços em que o esforço é contínuo para que todas as pessoas se sintam cada vez mais incluídas na sociedade.

Na zona norte de Porto Alegre, há um lugar em que o surdo é visto como prioridade: a Escola Estadual de Ensino Médio para Surdos Professora Lilia Mazon. É a única da rede pública na cidade que trabalha com o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos com essa deficiência. Muitos dos cerca de 120 alunos chegam às séries iniciais sem nenhuma noção de Português ou de Libras – apenas gesticulam conforme a comunicação própria, estabelecida entre a família. Com relação à literatura, a escola busca incentivar o trabalho principalmente por meio da biblioteca. Segundo a vice-diretora, Leda Salvi, que também é responsável pela biblioteca e leciona dança, geografia e folclore, a criança surda muitas vezes tem “um certo medo dos livros” e não demonstra interesse por não se identificar com a língua ou com os temas.

Buscando mudar essa relação com o livro, Leda, que já atuou

como contadora de histórias em outras escolas, hoje prefere trabalhar de maneira diferente. A professora atribui aos alunos do terceiro ano do ensino médio a tarefa de contar histórias aos estudantes das séries iniciais. Ela separa as histórias, faz cópias e distribui títulos diferentes para cada um. Durante o processo de aprofundamento na história, o aluno-contador encarrega-se também de refazer as ilustrações em tamanhos maiores, para que todo mundo que assistir à contação consiga enxergar e tenha mais um recurso disponível para ajudar a imaginação. Depois de tudo revisado e pronto, Leda organiza o evento na biblioteca. Finalizada a contação, é hora de as crianças colocarem a mão na massa: cada um deve ilustrar a parte da história de que mais gostou, e os desenhos vão para o mural da escola. De acordo com Leda, desde sua implantação, em 2015, o projeto tem contribuído efetivamente para a mudança de relação não só entre alunos, mas também do surdo com o livro e a literatura.

Samara Onofre,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Alunos de ensino médio contam história na biblioteca da Escola para Surdos Professora Lilia Mazon

Por uma convivência intercultural

Gersem Baniwa
Professor da UFAM aponta os desafios e a importância das questões indígenas no Brasil

De origem indígena, Gersem Baniwa construiu sua identidade imerso em sua comunidade, na região de São Gabriel da Cachoeira (AM). Por meio dos estudos, entrou em contato com o mundo urbano, reconstruindo a si mesmo. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), é professor da Faculdade de Educação da UFAM. Concedeu entrevista exclusiva ao JU após sua participação no ciclo Direitos Humanos em Debate, promovido pela Faculdade de Educação da UFRGS.

Como se construiu tua identidade?
 Sou membro do povo Baniwa e nasci numa área muito central do território, na parte do Rio Içanã. Tive toda minha educação totalmente Baniwa na infância, na adolescência e no início da juventude, sem muita interação com pessoas de fora da tribo. Essa relação com o restante da sociedade aconteceu no fim da juventude, transitando para a vida adulta. Sou de uma geração que enfrentou de forma mais sólida e oficial esse embate da identidade para firmá-la em um momento no qual estava sendo pulverizada e questionada. Quando era criança, considerava-se aquela a fase final da presença indígena no Brasil. Imaginava-se que, na virada do século, não haveria mais indígenas no país. Então, pertencem a esse tempo em que foi necessário assumir de fato essa identidade indígena explicitamente, a fim de fazer essa demarcação e reverter a história de pessimismo da existência indígena para um otimismo, que voltou a vigorar após a Constituição Federal de 1988.

Quais são os desafios das universidades em relação às questões indígenas?

A universidade é sempre um sonho, um ideal, uma promessa. Desse ponto de vista, os jovens indígenas anseiam por ela pelas mesmas razões que os não indígenas: pela esperança e oportunidade. A diferença é que para o indígena esse percurso é mais difícil. Antes, era visto como uma



FLAVIO DUTRA/JU

anomalia ou excepcionalidade esse tipo de estudante dentro do ambiente acadêmico. Até um tempo atrás, a universidade não era para pobre e muito menos para índio. Furar o bloqueio tem um sentido de inovação e de heroísmo, mas também adquire um sentido de vitimização, porque você acaba sofrendo muito mais o preconceito e a discriminação. Eu diria que são dois fatores primordiais: num primeiro instante, há os olhares racistas, de menosprezo e às vezes de exotismo, já que a universidade é um local elitizado. Depois, vêm os problemas culturais e de permanência e adequação à universidade. É uma exigência de excelência por parte desse ambiente, que requer a escrita na linguagem científica. O indígena chega com enorme desvantagem em termos do processo de escolarização, e o esforço tem de ser, no mínimo, dobrado. A universidade também é uma enorme burocracia. Na aldeia, você sai, toma banho, exerce suas funções e deus. No meio acadêmico e letrado, é uma espécie de labirinto para quem não está acostumado. Isso assusta bastante, dá vontade de desistir. Muitos alunos ainda enfrentam essas questões, mas hoje há melhores condições, como a política de ações afirmativas e o oferecimento de assistência social e psicológica em algumas instituições para acompanhar esses estudantes. O índio tem a mesma capacidade cognitiva do branco, o que é diferente são as oportunidades e condições do aluno. O potencial, porém, é o mesmo.

De que modo a presença de indígenas transforma a universidade?

Desde o primeiro dia em que o índio pisou na universidade, rompeu-se uma barreira que até pouco tempo era hermética. A universidade muda quando se quebra esse paradigma. É um processo de aprendizagem e colaboração. Não tenho a menor dúvida de que o aluno indígena vai ter dificuldades; contudo, vai ir atrás, aprender e conseguir. A universidade começa a perceber esses outros sujeitos. A realidade mudou bastante. Quando chego aqui na UFRGS, é completamente distinto do que já foi. Atualmente, existem programas de ações afirmativas, há indígenas na pós-graduação e programas específicos para essas pessoas. A instituição se envolve. Ontem, por exemplo, o tema que discuti era sobre a questão indígena e houve índios presentes falando em sua própria língua. Num passado recente, a universidade talvez não permitisse isso. O tamanho da quebra de paradigma e da revolução estrutural, mental, cognitiva, metodológica e epistemológica é enorme. Todo mundo ganha um pouco. Os indígenas vêm obtendo níveis cada vez maiores de qualificação, o que aprimora o diálogo inclusive com as instituições.

O que é a vigilância epistemológica?

Vigilância epistemológica é essa proteção que cada grupo tenta fazer de sua identidade, sua cultura e cosmovisão. As sociedades urbanas foram produzidas, ao longo do tempo, cultural e socialmente. A

epistemologia passa por um embate de cosmovisões, e isso significa que, na verdade, é um embate de identidades étnicas. São etnocentrismos que entram em disputa e, por isso, o diálogo intercultural é preciso. Os indígenas também exercem esse papel, de modo que o acesso ao conhecimento de um pajé, por exemplo, é extremamente restrito. É essencial que se pense em uma aproximação cada vez maior entre culturas.

Qual a diferença entre educação indígena e escolarização indígena?

Conceitualmente, há uma grande diferença. A educação indígena é aquela tradicional e ancestral, que já ocorre antes da colonização e não é escolarizada. A educação escolar é própria de sociedades ocidentais, que produzem e reparam conhecimento. É possível que as duas convivam, sendo o ideal hoje. Os conhecimentos tradicionais são valorizados, mas também se articulam e se aproximam de pensamentos científicos. O desejável é que haja comunicação, reconhecimento, respeito e interação. Não é a sobreposição ou a anulação de uma ou de outra, mas uma permanência de ambos os processos educativos. Os indígenas têm sua própria forma de educação, que constitui sua identidade. O parto de uma mulher indígena, por exemplo, reflete esse processo, em que desde o início da gravidez há determinadas ações a serem seguidas e, no final, ritos e cerimônias. Por outro lado, há elementos que só encontramos na escola e na universidade, que

são essenciais para assegurarmos nossos direitos.

As grandes obras de hidrelétricas na Amazônia afetaram os direitos já conquistados?

Sim, sem dúvida. Acho que o grande vilão da precarização das vidas, do planeta e, particularmente, do nosso país é a supervalorização que a sociedade atual está dando para os interesses do capital e das elites econômicas. É de se questionar a relevância desses projetos de grandes obras, pois afetam os ecossistemas de forma, às vezes, irreversível. Defender as populações locais é defender as culturas sustentáveis. A tecnologia aperfeiçoa, manipula e potencializa, mas não é criadora como a natureza. A única solução não pode ser destruir rios, florestas e comunidades. São decisões erradas, que prejudicam os povos. É um dever da ciência convencer a humanidade sobre a falta de necessidade dessa destruição. Precisa-se aproveitar o que é renovável, mudar a mentalidade sobre desenvolvimento, economia e sustentabilidade. No Amazonas, construiu-se a Usina Balbina, que afetou drasticamente a população que ali vivia. Dizimou imensos lagos e prometeu gerar energia elétrica para toda a cidade de Manaus. Todavia, atendeu menos que 55% da demanda. A rigor, ninguém é contra as obras, mas precisam ser planejadas do ponto de vista de um modelo sustentável cultural e economicamente.

Camila Souza,
 estudante do 7.º semestre
 de Jornalismo da UFRGS



Movimento e ancestralidade

Edwin Alexander Buitrago*

Ao me licenciar em 2008 no curso de Educação Física da Universidad Pedagógica Nacional de Bogotá (UPN), única instituição pública federal da Colômbia que se dedica exclusivamente à formação de professores, fui lecionar na Universidad Nacional de Colombia, no câmpus Amazônia, localizado na cidade de Leticia, tríplice fronteira entre o Brasil, o Peru e a Colômbia. Para lá converge uma multiplicidade de culturas, costumes e práticas que determinam outras formas de construir, vivenciar e interagir com o mundo.

Meu primeiro dia de aula na faculdade foi antecedido por reuniões que pouco a pouco me revelavam particularidades culturais que alguns dos estudantes apresentavam em relação ao local e ao povo indígena do qual procediam. Os contatos iniciais com a população, o meio – a natureza na sua máxima expressão – e as distintas temporalidades que na região se desenvolvem proporcionaram prematuramente um choque de realidade, constituído por um conjunto de pré-concepções sociais provenientes da lógica urbana para a qual fui educado e com a qual costumava interagir durante meus anos de estudos na graduação.

O local de imensos territórios – com milhares de tonalidades verdes, abundantes rios, clima tropical, ambiente abafado e muita chuva – conforma espaços de interação em que povos indígenas, como os Ticuna, os Cocama e os Yagua, articulam um conjunto de crenças, saberes e tradições. Após um tempo de convivência com essa população, pude enxergar uma série de configurações cosmológicas, ritualísticas e sagradas que constituem outras formas de viver e conceber o mundo.

Muitos dos alunos que frequentavam minhas aulas na graduação eram provenientes de distintos povos, localizados tanto na periferia da cidade de Leticia quanto em locais mais isolados da própria região amazônica.

O conjunto de práticas corporais de que me aproximei e que passei a conhecer, como rituais, celebrações, danças e jogos autóctones, permitiu-me entender suas formas de vida, educação, saúde, cuidado de si, diálogo com a natureza, cooperação familiar e sobrevivência, que tradicionalmente têm sido transmitidas entre os povos e suas distintas gerações, estabelecendo laços de identidade. Assim como a língua, as danças, os rituais e a caça conformam um conjunto de práticas corporais que fazem parte da interação ancestral entre seres mitológicos e seres da própria natureza.

Como professor de Educação Física, foi bastante curioso encontrar nas distintas comunidades indígenas, o ensino e a prática de jogos autóctones representativos da cultura corporal de movimento de cada uma delas. A maioria dessas práticas encontra-se associada a histórias, rituais de passagem, formas de interpretação do mundo e festividades que abrem ou fecham ciclos determinantes nas variadas formas de interagir com a natureza, o corpo, a vida e os alimentos.

Um exemplo disso são as vestimentas, máscaras e fantasias que desempenham um papel fundamental no ritual de passagem da Moça Nova – tradição dos Ticuna protagonizada pelas meninas no momento de sua primeira menstruação –, permitindo sua inserção em espaços, práticas e atividades do mundo dos adultos.

Em rituais como esse, além de músicas tradicionais, danças, pinturas corporais e comidas, também são realizados alguns

jogos que deixam entrever as funções culturais que caracterizam a prática corporal autóctone. O Macaco Louco é o encarregado de sacanear, arrastar, pintar ou bagunçar crianças e adultos, homens e mulheres, fazendo uso de macaquices e brincadeiras, razão pela qual os assistentes devem fugir para não serem pegos e se converterem em objeto e graça das suas loucuras.

Há também o Boto Cor de Rosa, encarregado de namorar de forma romântica, por meio de danças, perfumes e artesanatos feitos por ele, as moças e mulheres. O Gigante, devido a seu tamanho, é quem derruba as árvores que serão usadas como lenha para manter aceso o fogo principal durante o tempo de festa, iluminando a noite. À Cobra (boa) cabe a função de procurar alguns alimentos frescos no rio, sendo também a responsável por ensinar às crianças pequenas as diferentes formas de caçar e fugir dos animais maiores. É atividade do Peixe Gigante contar histórias e fatos milenares na sua própria língua, descrevendo a criação do povo, as guerras e as distintas profecias que na cultura existem.

Sair de um espaço formatado logicamente, como é uma instituição universitária urbana, para me deparar com um câmpus universitário que apresenta uma estrutura centralizada nos aspectos regionais da cultura e da heterogeneidade cosmológica proporcionou outras possibilidades de compreender a vida, a cultura, a educação, a saúde, o corpo e a sociedade, dentro de uma dimensão pouco discutida no campo de formação acadêmica da Educação Física, mas muito forte nos povos indígenas que habitam o extenso território ancestral colombiano. Conhecer essa realidade me fez questionar o fato de eu não ter

tido a oportunidade, no meu percurso de formação escolar, profissional e humano, de conhecer, reconhecer e interagir com essas outras formas culturais presentes no país. Isso demanda o diálogo com outros sentidos (não hegemônicos) nas formas de entender a cultura, de interagir com o meio e de produzir conhecimento.

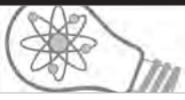
O questionamento e o diálogo crítico entre o que é universalmente considerado científico e as temáticas indígenas, que não fazem parte dos currículos de formação em Educação Física, me levaram a pensar acerca das formas como a ciência, a educação e a própria produção de conhecimento enxergam os distintos fenômenos culturais dessas “outras” realidades. Essas reflexões me conduziram inicialmente a um mestrado acadêmico no Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da UFRGS com a intenção de compreender os sentidos e significados que os jogos autóctones representam na cultura corporal de movimento dos povos indígenas. Na sequência, desenvolvi um estudo doutoral, visando analisar como as questões indígenas aparecem e se posicionam nos currículos de formação de professores no campo específico da Educação Física. Ambos constituem o primeiro estudo no PPGCMH que contempla a temática indígena e sua relação direta com a disciplina acadêmica da Educação Física, a qual historicamente é estruturada a partir de tendências teóricas euro-americanas que não conseguem dar conta da diversidade de fenômenos existentes em outras realidades socioculturais.

* Doutor em Ciências do Movimento Humano pelo PPGCMH/UFRGS

EDWIN ALEXANDER BUITRAGO/ARQUIVO PESSOAL



Aldeia San Juan de Atacuari, na Amazônia Colombiana, onde habitam os povos Ticuna, Cocama e Yagua



40 anos de pesquisa no litoral



Acervo do Museu de Ciências Naturais dá visibilidade às espécies do ambiente costeiro

Ceclimar Centro de estudos e preservação da fauna e flora marinha projeta ampliar sua atuação

Durante conversa com a equipe do JU em Imbé, o veterinário Derek de Amorim, do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar), ressaltou a dificuldade de pesquisar e tratar animais marinhos no Brasil. “Os lugares para trabalhar são poucos. Ninguém paga para examinar um lobo marinho”, assegura. Uma exceção a essa realidade, o Ceclimar, braço da UFRGS no litoral norte originalmente ligado ao Instituto de Biociências, completa este ano quatro décadas de pesquisa e diálogo com a comunidade.

Idealizado pelo professor emérito Irajá Damiani Pinto (1919–2014) o centro teve seu ato de criação em 25 de maio de 1978. Hoje, a dimensão é de 12 hectares para um quadro de 28 funcionários, sendo a maioria dos trabalhos capitaneada por técnicos. Segundo a diretora da unidade, Carla Ozorio, o professor Irajá “viu a oportunidade na necessidade. Ele percebeu que o trabalho aqui deveria ser contínuo, então batalhou para construir o que acreditava”, conta.

Projetos – Com o suporte do Laboratório de Águas, Sedimentos e Biologia do Pescado (Lasp) dentro do Centro, o monitoramento da flora e da fauna litorânea, que compreende a faixa de Pinhal a Torres, vem sendo desenvolvido e aprimorado ao longo dos anos.

A partir da análise da água, os cientistas fazem um levantamento de dados dos sedimentos e dos peixes. Para Carla, essas pesquisas

são aplicáveis ao cotidiano da população gaúcha. “A gente conhece melhor nossa fauna, mas sempre tem um viés social.” Um exemplo disso é o bagre capturado pelos pescadores. “Trata-se de um recurso. Então não é só analisar a biologia do bicho, mas ver como isso ajuda os seres humanos”, diz a diretora. Além disso, o Ceclimar coleta material dos animais que serve de respaldo para a pesquisa de parasitas e de outros organismos microscópicos. No caso das amostras de água de lagoas e lagos costeiros, é traçado um histórico de formação da região, originando estudos sobre os nutrientes e a qualidade da água.

Outra iniciativa importante realizada no Centro é o projeto dos botos da barra do rio Tramandaí, coordenado pelo professor Ignacio Benites Moreno, que busca preservar a vida e o habitat desses animais, já que estão suscetíveis a ferimentos por conta da pesca no local. “É um estudo de comportamento, de população. Ali os botos têm uma interação com a comunidade pesqueira, então é preciso cuidado”, explica a diretora.

Reabilitação de animais – O Centro de Reabilitação de Animais Silvestres e Marinhos (Ceram), onde Derek atende aos animais marinhos e não marinhos que chegam com algum tipo de debilidade, é uma estrutura ligada ao Ceclimar e recebe em média 370 animais por ano. “Tratamos para a soltura. Quando o caso é mais complicado, contatamos o

Hospital de Clínicas Veterinárias em Porto Alegre”, aponta o servidor. Em situações em que não podem retornar à natureza, o Ceram procura a Secretaria do Meio Ambiente para que esses animais possam ser realocados em zoológicos ou santuários. Faz parte do trabalho da equipe de profissionais (dois veterinários, uma tratadora, um terceirizado e oito estagiários) atentar também a possíveis zoonoses – quando a doença pode ser transmitida para seres humanos. “Sempre realizamos exames de sangue ou necropsia [em caso de óbito]. Se a doença for prejudicial às pessoas, temos que seguir o que recomenda a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Realizamos até eutanásia se for preciso”, explica Derek.

O filhote de bugio Kikito é um dos queridinhos do Centro. Há cinco meses em tratamento, ele dificilmente poderá voltar a seu habitat original, já que sua mãe não o ensinou a viver em ambiente selvagem. O veterinário acredita que a macaca tenha sido agredida, o que provocou a sua morte ou fuga, deixando Kikito órfão. O Ceram atualmente abriga, entre outros animais, uma lontra, apelidada de Azul, um lobo marinho cego, um pinguim, uma ninhada de gambás e algumas aves. Apesar do foco em fauna marinha, a unidade acaba aceitando espécies não marinhas, já que não há outro setor que trate esses animais na região do litoral. Para dialogar com a população

sobre a fauna litorânea, o Ceram criou um projeto de extensão que soluciona as dúvidas das pessoas pelo Facebook. “A gente responde, porque, em muitos casos, não há necessidade de trazer o animal até aqui”, conclui o servidor.

Relação com a comunidade – Inaugurado há 35 anos, o Museu de Ciências Naturais da UFRGS (Mucin) faz parte do projeto do professor Irajá de interação com a comunidade. O acervo é composto por animais emalhados, exemplares de moluscos, um enorme esqueleto de baleia e painéis com o relevo da costa gaúcha. Conforme Carla, o museu não é meramente expositivo. “No Mucin também há debate sobre a ação antropológica no meio ambiente, tanto para a preservação quanto para os impactos negativos do ser humano”, explica. A diretora e doutora em oceanografia biológica resalta que, apesar de muitas escolas visitarem o museu, o alcance poderia ser muito maior. “Muitas pessoas não têm conhecimento do Mucin, mesmo os alunos da UFRGS às vezes não sabem da nossa estrutura”, afirma.

A unidade também oferece cursos e oficinas para veranistas e moradores. Em geral, as atividades são voltadas para o público jovem e não se restringem à função do Ceclimar. “Nós buscamos parcerias com outras unidades. Recentemente teve uma professora que trabalhou inclusão digital com as crianças da comunidade, aí utilizou os nossos computa-

dores aqui”, relata. Na Festa do Peixe realizada em Tramandaí, tradicionalmente nos meses de junho e julho, o Centro também é convidado a participar. “Sempre montamos um estande e levamos toda pesquisa e conhecimento para lá.”

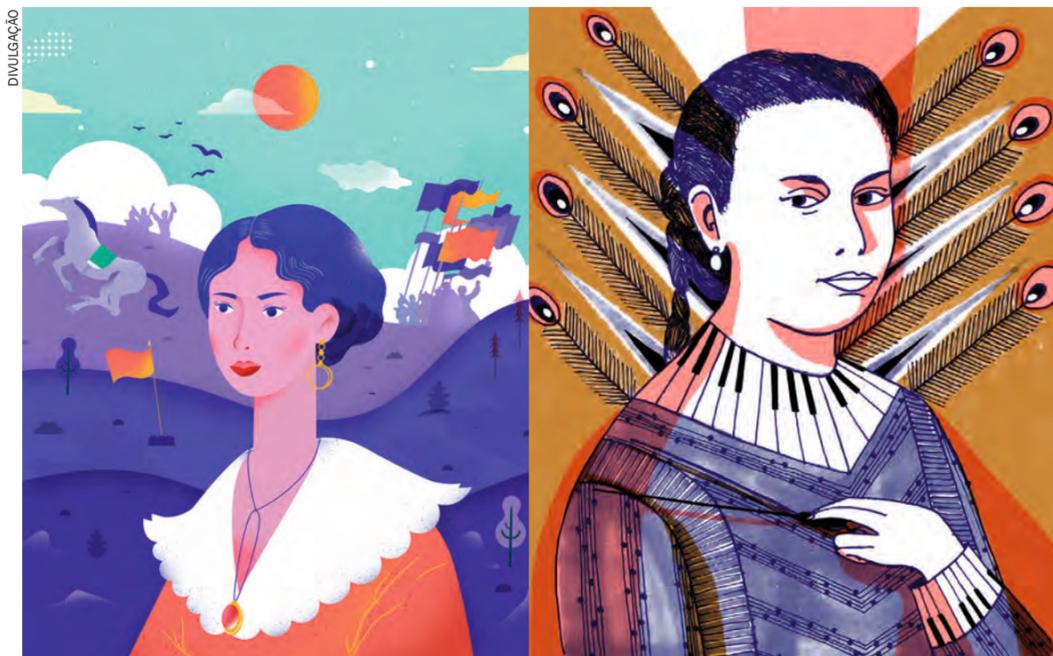
Nos últimos anos, o Ceclimar vem contando com o suporte do Câmpus Litoral Norte. O Centro está em vias de ser encampado, deixando de ser vinculado ao Instituto de Biociências. Para Carla, a mudança é positiva. “A gente tem uma unidade de ensino que trabalha aqui no litoral, e isso nos beneficia muito. Antes, a gente era uma unidade dispersa de Porto Alegre, agora temos um câmpus que vive a realidade do litoral.” Com a nova vinculação, o Ceclimar vai acolher mais 16 docentes das áreas de biologia molecular, biologia celular, geologia, gerenciamento costeiro e botânica. “Isso nos deu até mais fôlego. Vamos avançar em outros setores”, comenta. Para comportar o novo contingente, um dos laboratórios passará por uma ampliação de 84 metros quadrados. A diretora diz que se sente honrada em dar continuidade ao sonho do professor Irajá e participar dessas transformações. “É uma alegria olhar para trás e ver a contribuição do Ceclimar para o desenvolvimento do litoral norte nesses 40 anos”, conclui Carla.

Bárbara Lima,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Mulheres da nossa história

Representatividade Livro apresenta o perfil de quarenta e cinco figuras femininas que marcaram a realidade brasileira



Anita Garibaldi e Chiquinha Gonzaga, nas ilustrações de Barbara Malagoli e Veridiana Scarpelli

Se pararmos para pensar nas pessoas mais influentes da história, rapidamente iremos nos lembrar de Getúlio Vargas, Albert Einstein, Napoleão Bonaparte, Barack Obama. Com um pouco mais de dificuldade, lembraremos de Frida Kahlo, Margaret Thatcher, Marilyn Monroe, Joana D'Arc, mas é preciso fazer um esforço ainda maior para pensar em Princesa Isabel, Anita Garibaldi, Dandara. Por que é tão difícil lembrarmos de mulheres brasileiras que de alguma forma

foram relevantes para a história do Brasil? Pensando na falta de reconhecimento de mulheres que foram pioneiras nos mais diversos campos da vida nacional, as escritoras Duda Porto de Souza e Aryane Cararo escreveram o livro *Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*.

O livro aborda, cronologicamente, o perfil de quarenta mulheres brasileiras e cinco abraçadeiras que deram contribuições pioneiras para a nossa história e, logo, para a nossa vida. Madale-

na Caramuru, filha do náufrago português Diogo Álvares Correia e da índia tupinambá Paraguaçu, foi a primeira mulher brasileira a ser alfabetizada e a utilizar essa habilidade para lutar pela ampliação da educação feminina. Dandara foi uma guerreira negra e rainha do Quilombo dos Palmares, normalmente associado à figura de Zumbi. Lutava contra o regime colonial português e o trabalho escravo nas fazendas e objetivava a ampliação do poder de Palmares. Anos mais tarde,

Laudelina de Campos Melo, após sentir como as questões de gênero, raça e classe afetavam a vida de sua mãe – que trabalhava para a família proprietária de seus avós – e a sua própria, fundou a primeira associação de empregadas domésticas do Brasil, com o objetivo de garantir os direitos trabalhistas à categoria. Mais recentemente, Indianara Siqueira, junto com o Grupo Filadélfia de Travestis, conquistou o reconhecimento do nome social para as pessoas transvergentes – termo resultado da junção das palavras transexual, travesti e transgênero –, a admissão de cônjuges formados por casais homoafetivos e transvergentes nos prontuários médicos e o assentimento de que essas pessoas possam ser internadas na ala feminina dos hospitais. Cada mulher é retratada por ilustrações feitas por nove artistas: Adriana Komura, Bárbara Malagoli, Bruna Assis Brasil, Helena Cintra, Joana Lira, Laura Athayde, Lole, Veridiana Scarpelli e Yara Kono.

Nas imagens, transparece a personalidade de cada mulher, seja pelo traço ou pelas cores.

Selecionar as quarenta e cinco mulheres perfiladas do livro foi uma tarefa simplesmente desafiadora, adjectiva Duda Porto de Souza, uma das autoras. “Mergulhamos na história de 300 mulheres. A lista é infinita, e as perfiladas não são mais importantes do que tantas outras ou do que uma jovem leitora que tem o livro em mãos. Afinal, importância é um conceito muito amplo, subjetivo e controverso”, explica. A obra foi pensado para contribuir com uma mudança de comportamento geracional. “Um olhar igualitário para o passado é necessário para que a nova geração tenha ferramentas para construir o presente e o futuro, quebrando paradigmas com empatia e inclusão”, avalia a escritora.

Vanessa Petuco,
estudante do 6.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil

Duda Porto de Souza e Aryane Cararo
São Paulo: Editora Seguinte, 2018
208 páginas | R\$60,00 (preço médio)



“O Capital” para crianças

Joan R. Riera | Ilustração: Liliana Fortuny
São Paulo: Boitatá, 2018
32 páginas | R\$37,00

Didatismo e esperança

Tradução de uma edição originalmente publicada pela editora La Lluvia na Espanha em 2014, “O Capital” para crianças pretende sintetizar o espírito geral das ideias de Marx. A narrativa criada por Joan R. Riera é construída pela moldura de uma instância no tempo presente em que o avô Carlito, de cabelos e barba brancos e fartos como o pensador alemão, conta aos netos a história de Frederico (uma referência a Friedrich Engels?), camponês que se torna proletário na Inglaterra do século XIX. A moldura, no entanto, não consegue ser convincente, pois os diálogos entre avô e netos são artificiais, no sentido de que a fala destes não parece corresponder à de crianças, em geral muito mais interessantes e surpreendentes. Na história narrada pelo avô, o protagonista não encontra obstáculos: a facilidade do desfecho – todas as exigências dos operários são atendidas após a greve –, apesar de promover um tom esperançoso, faz a disputa entre trabalho e capital parecer simples e direta, sem exigir

constantes embates. Após essa resolução, o encerramento do livro é estranho, pois, ainda que a última imagem seja do avô com os netos, não há ali nenhuma interação verbal entre eles; ou seja, não há um retorno para a camada da moldura inicial. Entre explicar e narrar uma história, a autora parece ter preferido a explanação, escorregando para um didatismo excessivo. Talvez a opção tenha sido por se manter mais fiel à obra, mas perde-se aí o interesse literário, o que interfere no envolvimento do leitor com a obra. Ressalvados todos esses aspectos, é interessante notar como, no somatório, o livro deixa uma impressão positiva, com uma marca forte de esperança, reafirmando que a luta é sempre um caminho imprescindível. Além disso, as questões para debate acrescentadas ao final, ainda que remetam ao tom didatizante, são de fato provocativas e instigantes e podem promover uma boa reflexão para além da obra e com vinculação no tempo presente. (Felipe Ewald)



Pela arte contemporânea: desdobramentos de um projeto

Icleia Borsa Cattani e Maria Amélia Bulhões
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017
138 páginas | Distribuição gratuita

Registro fundamental

Comemorar uma efeméride como os 25 anos do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS é um momento importante e ao mesmo tempo desafiador. A importância está justamente no título da obra editada para a ocasião: Pela arte contemporânea: desdobramentos de um projeto. Como fica muito claro quando se percorre o texto, o quartel de século foi marcado por um anseio de ruptura com uma cena local que, nos anos 1990, ainda carregava marcas da arte mais acadêmica e que pouco transcendia as fronteiras do Rio Grande do Sul. Embora, como destaca muito bem a obra, o estado sulino não esteja numa posição central no cenário nacional – e o Brasil, claro, ocupa esfera periférica no contexto mundial –, há um salto de qualidade e de aprofundamento na reflexão em Porto Alegre desde o surgimento do programa. O relato trazido na primeira parte, portanto, consiste em importante registro de processos que contribuíram para a formação de um corpo docente qualificado e para uma tentativa de inserção maior em contextos

externos ao sulino. Há um bom apanhado de projetos e publicações – ainda que a opção por organizar em ordem cronológica por vezes não permita realçar e aprofundar certos aspectos. A segunda parte da obra, intitulada “Pro Posições”, parece fazer as vezes de catálogo da mostra comemorativa realizada no ano passado no Museu da Arte do Rio Grande do Sul (Margs) com obras de artistas pesquisadores que atuam no PPG. A terceira parte consiste em uma descrição dos projetos de pesquisa desenvolvidos por professores da casa. O livro, por isso, contém um panorama interessante, mas deixa em aberto alguns aspectos bastante relevantes quando se trata de pesquisa, sobretudo no que se refere ao impacto na formação de novos mestres e doutores – o corpo discente não é contemplado – e também no que diz respeito ao impacto da produção sobre o conhecimento em artes visuais sob um viés mais teórico. Ainda assim, um belo, pertinente e eloquente registro. (Everton Cardoso)



Ressignificando a África

Ensino Superior
Iniciativas
buscam
difundir os
conhecimentos
de filósofos
africanos em
universidades
do país

“O pensamento humano é plural. Embora o discurso sobre a diversidade seja muito defendido na universidade, pouco se tem feito para lidarmos com diferentes formas de posturas e histórias. Mesmo que as abordagens europeia e estadunidense não sejam homogêneas internamente, é preciso trazer outras visões, como as indígenas, as orientais e, sobretudo, as africanas.” Dessa maneira se posiciona Wanderson Flor do Nascimento, professor do departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), criador da disciplina *Filosofia Africana*, pioneira no país. Para ele, também é importante incluir o ensino do pensamento de filósofos africanos para romper com a lógica racista que perdura nas sociedades e que decretou a inferioridade intelectual das pessoas negras nascidas no continente africano e de seus descendentes. Assim, pensa ser fundamental conhecer a obra desses pensadores, já que isso pode servir como estratégia para mostrar os equívocos e as violências advindos de uma visão preconceituosa. “Como a história brasileira é particularmente atravessada pela presença de africanos que vieram para o Brasil na condição de escravos, é essencial mostrar imagens dessas populações que não reproduzam estereótipos racistas.”

Wanderson ressalva que não existe apenas uma filosofia africana. Consequentemente, cada uma tem suas características em um determinado contexto. Uma vertente a define como uma reflexão baseada nas experiências africanas no continente, buscando-se compreender a realidade a partir daí. Outra classificação é a de que representa a expressão da produção intelectual dos filósofos que escrevem na África, o que teria começado com o surgimento das universidades. “Há uma riqueza imensa de produção científica, artística e filosófica. Falta-nos o interesse de conhecê-las. A demanda da modificação da Lei de Diretrizes e Bases impulsionou a necessidade de se aprender os saberes do continente africano, mas isso ocorre timidamente e envolve poucos pesquisadores”, comenta o professor.



José Rivair Macedo contribui para difundir a obra de pensadores do continente africano na UFRGS

FLAVIO DUJRA/JU

Vertentes – “A própria questão do que é filosofia africana é uma discussão. O debate é complexo”, atesta o professor do Departamento de História José Rivair Macedo. Ele relata que a publicação de *A filosofia Bantu*, de Plácide Tempels, em 1940, causou um impacto considerável na Europa e na África, justamente por não ser o tipo de filosofia à qual os indivíduos estavam acostumados. Baseava-se nas crenças das culturas africanas, enxergando a filosofia como um conjunto de valores que estão implícitos nas linguagens e práticas dos povos. O livro traz uma ontologia que tem por núcleo a ideia de um fluxo de energia vital. A partir daí, surgiram outras teorias que deram continuidade ao papel do pensamento coletivo, originando a etnofilosofia. Contudo, alguns pensadores criticaram essa concepção, alegando que não era puramente uma filosofia. Criou-se, então, a Filosofia Crítica e, na década de 1970, houve uma proliferação de autores que escreveram reflexões filosóficas. O camaronês Marcien Towa produziu o livro *A ideia de uma filosofia negro africana*, em que discute o que é filosofia para um autor africano e negro. Towa era contrário às teorias de identidade que reduziam a filosofia dos povos africanos a uma etnofilosofia ou que entendiam a contribuição africana somente nos planos artístico e corporal, descartando o científico.

Rivair explica que Valentim Mudimbi, nos anos 1980, inaugura uma das mais importantes obras da filosofia africana na contemporaneidade. Em *A Invenção*

da África realiza uma crítica à etnofilosofia e busca uma solução para que haja, de fato, um conhecimento africano, ao que denomina *gnose*. “Para ele, é preciso articular as tradições orais africanas com o pensamento ocidental formal e acadêmico, estendendo o diálogo para que ambas sejam contempladas e resultem na gnose, que seria um conhecimento maior”, revela.

“Precisamos de referenciais teóricos e metodológicos provenientes do mundo negro e indígena.”

José Rivair

Recentemente, o filósofo moçambicano José Castiano escreveu *Referências da Filosofia Africana*, em que sintetiza todas as tendências, incluindo a etnofilosofia e a filosofia crítica.

Mais diversidade – O docente acredita que ainda falta a inclusão de pensadores africanos nas grades curriculares dos cursos da UFRGS. Para ele, é importante que a Universidade dê espaço para debater esses autores, visto que trazem uma reflexão de uma parte da realidade social que, geralmente, não é contemplada nas disciplinas. “Muitas referências

que estudamos na Universidade só pensam em uma parte do todo, sem avaliar a sociedade em sua complexidade. Precisamos de referenciais teóricos e metodológicos provenientes do mundo negro e indígena, que lidem com a diversidade”, ressalta.

O professor dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural da UFRGS José Carlos dos Anjos é uma exceção: adota a filosofia africana para explicar questões sociológicas. “A África, em sua historicidade, se encontra no local mais submetido à espoliação. Os efeitos do neocolonialismo constituíram essas sociedades nacionais do continente e oferecem um ângulo privilegiado para observar os efeitos mais degradantes da modernidade”, expressa.

Rivair considera a filosofia africana como singular, porque observa comunidades que são marcadas pela coletividade e solidariedade: “Podem nos ajudar a construir relações melhores para resolver uma série de impasses que a nossa própria sociedade tem ao desconsiderar essa dimensão participativa”. Para José Carlos dos Anjos, é preciso levar em conta que esses pensadores são muito mais próximos de nós do que os europeus ou os estadunidenses. “Eles tecem suas estratégias analíticas a partir da África. Uma África vive dentro do Brasil”, ressalta.

Pioneirismo – A Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira no desenvolvimento da disciplina de *Filosofia Africana*, ministrada pelo Wanderson. Nomes como Aristó-

teles, Kant e Locke perdem espaço para Achille Mbembe, Mogobe Ramose e Plácide Tempels. Criada em 2014, é alternativa para o bacharelado em Filosofia e eletiva para outros cursos. Desde agosto de 2015, é possível conferir no site elaborado por Wanderson mais de 30 livros de autores da África. O professor visa, assim, facilitar o acesso ao conteúdo para educadores, a fim de ampliar a produção teórica e problematizar a centralidade e a hegemonia europeias no que se referem ao conhecimento.

Na UFRGS, foi criado em 2014 o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB). Trata-se de um prolongamento do programa de educação antirracista no cotidiano escolar e acadêmico que já vinha sendo desenvolvida pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-reitoria de Extensão. O NEAB é vinculado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e tem a intenção de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão que se relacionam em uma perspectiva antirracista com as questões negras e indígenas. Participam professores, estudantes e técnicos administrativos. Entre as atividades realizadas, encontra-se a publicação organizada por Rivair *O pensamento africano no século XX*, que contempla os principais filósofos e intelectuais africanos, como Paulin Hountondji e Valentin-Yves Mudimbe.

Camila Souza,
estudante do 7.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

DESTAQUE

Teatro em movimento

Em sua 13.ª edição, o Palco Giratório, do SESC-RS, dá continuidade à parceria com o Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (PPGAC) e com o Departamento de Artes Dramáticas (DAD) e realiza o *Seminário do Festival Palco Giratório* e a mostra *Cena em Pesquisa*. Ambos os eventos comemoram os 60 anos do DAD.

O seminário tem como objetivo pensar as mudanças e turbulências do atual contexto histórico, social e artístico. A terceira edição do evento tem como mote “políticas em reinvenção em tempos de urgência”. Ao todo, serão cinco encontros: Poéticas Urbanas; Lugar de Mulher; Movimento da Palavra; Colaborações e Horizontalidades; e Corpo Político.

Os encontros contam com a presença de professores e artistas, como Claudia Zanatta, Kátia Suman, Mirna Spritzer, e têm mediação das professoras do PPGAC Patrícia Fagundes e Vera Bertoni. Além disso, em todos os seminários há uma intervenção cênica incorporada.

De caráter informal, o seminário busca ser um espaço de diálogo entre mesa, artistas e participantes. “Desde os últimos anos, estamos vivendo uma série de mudanças – muitas delas prejudiciais para a área da educação e da cultura”, avalia Patrícia Fagundes e propõe: “A arte e o artista têm que pensar em formas de continuar existindo nesses momentos de turbulência”. O evento acontece de 7 a 11 de maio, das 14 às 17 horas, no Teatro de Arena.

Já a mostra *Cena em Pesquisa* reúne quatro espetáculos desen-

volvidos por alunos de mestrado e doutorado do PPGAC: *Ruídos, Todas Nós, Procurando Emily e Remontagem: o nosso amor a gente inventa*. As peças ocorrem nessa ordem de 22 a 25 de maio, às 20 horas, na Sala Qorpo Santo – com exceção de *Todas Nós*, que será realizada na Sala Alzira Azevedo.

A mostra aposta na troca entre universidade e comunidade, bem como afirma a combinação entre investigação e criação artística. “Esses dois eventos afirmam e celebram um lugar importante de trânsito entre a reflexão acadêmica e a criação artística nos campos da universidade e da comunidade”, afirma a professora do PPGAC.

Para participar do *Seminário do Festival Palco Giratório* é preciso realizar inscrição pelo e-mail palcogiratoriosesc@sest-rs.com.br. Para a mostra *Cena em Pesquisa*, o público deve chegar uma hora antes do espetáculo para retirar senha.

Em *Ruídos*, o Núcleo de Pesquisa Beckett-we inspira-se na obra de Samuel Beckett. *Todas nós* é uma montagem de Iassanã Martins, Juçara Gaspar e Patrícia Fagundes a partir de histórias de atrizes e de outras mulheres vítimas de violência. Com direção de Márcia Donadel, *Procurando Emily* baseia-se nos poemas de Emily Dickinson. Em *Remontagem - o nosso amor a gente inventa*, de Ander Belotto, aborda temáticas como gênero, sexualidade, negritude, violência e democracia.

Vanessa Petuco,
estudante do 6.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Espectáculo *Procurando Emily* na Sala Qorpo Santo

MÚSICA



CONCERTO DE ABERTURA DO I FESTIVAL DE CORDAS DE PORTO ALEGRE

Apresentam-se a Orquestra Sinfônica da Universidade de Caxias do Sul com os solistas Aristides Rivas (violoncelo) e Simón Gollo (violino).
Data: 27 de maio, 17h
Local: Salão de Atos

RECITAIS

Apresentação de trabalhos desenvolvidos no Departamento de Música no Auditorium Tasso Corrêa com entrada franca.

RECITAL DO PROJETO CICLO SÔNICAS: MÚSICAS DE MULHERES COM O DUO MULHERES NA LUA
Apresentação: 09 de maio, 19h

RECITAL AFLUÊNCIAS – MÚSICA PARA VIOLINO E VIOLONCELO
Apresentação: 10 de maio, 19h

RECITAL DE ALUNOS DE CANTO DO IA
Apresentação: 11 de maio, 12h30

SARAUS DO IA
Apresentações: 14 e 19 de maio, 12h30; 21 de maio, 17h30; 24 de maio, 12h30.

SARAU DA CLASSE DE CORDAS DO DEPARTAMENTO DE MÚSICA DO IA
Apresentação: 23 de maio, 18h

CONCERTO DO CORAL DA ADUFRGS
Apresentação: 23 de maio, 20h30

RECITAL DE DOUTORADO DE RAFAEL IRAVEDRA (VIOLÃO)
Apresentação: 24 de maio, 19h

RECITAL COM A PIANISTA ESTADUNIDENSE THERESA BOGARD
Apresentação: 25 de maio, 19h

CINEMA

PARCEIROS DA SALA REDENÇÃO

DE BOCA EM BOCA
Wagner Abreu, 2017, 60 min
Relatos sobre a realidade de comunidades comandadas pelo tráfico.

Sessão: 16 de maio, 19h

CINEMAS EM REDE



CENTRAL
Tatiana Sager, Renato Dornelles, 2017, 75 min
O Presídio Central de Porto Alegre abre suas

portas para expor a vida de penitenciários em condições insalubres.

Sessão: 17 de maio, 19h

MOSTRA 50 ANOS 1968: HISTÓRIA, ENSINO E MEMÓRIA

OS SONHADORES
Bernardo Bertolucci. França, Reino Unido e Itália, 2004, 116 min
Três amigos dividem experiências e relacionamentos enquanto Paris vive a efervescência da revolução estudantil.

Sessão: 09 de maio, 19h

PLATOON
Oliver Stone. Estados Unidos, 1984, 120 min
Chris (Charlie Sheen) é um jovem recruta idealista recém-chegado a um batalhão americano em meio à Guerra do Vietnã.

Sessão: 10 de maio, 19h

UTOPIA E BARBÁRIE
Silvio Tendler. Brasil, 2009, 120 min
O filme se organiza a partir dos conceitos de “Utopia” e “Barbárie” e traz um conjunto de acontecimentos históricos pós-Segunda Guerra Mundial.
Sessões: 10 de maio, 16h; 11 de maio, 19h

A BATALHA DA MARIA ANTÔNIA
Renato Tapajós. Brasil, 2014, 76 min
Um conflito que representou uma briga, não só entre estudantes, mas sim de ideologias de esquerda e direita, em meio à Ditadura Militar do Brasil.
Sessões: 11 de maio, 16h; 28 de maio, 19h

ACROSS THE UNIVERSE
Julie Taymor. Estados Unidos/Inglaterra, 2007, 134 min
Juntamente com um grupo de amigos e músicos, dois namorados se envolvem nos movimentos da contracultura de sua época.
Sessões: 28 de maio, 16h; 29 de maio, 19h

TROPICÁLIA
Marcelo Machado. Brasil, 2012, 87 min
O Brasil sofriria com a ditadura dos generais no poder, o que fez com que Caetano e Gil fossem exilados do país.
Sessão: 29 de maio, 16h

MOSTRA IDENTIDADES ANCESTRAIS NO CINEMA AFRICANO

Promovida pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), a mostra retrata uma parte das diversas identidades ancestrais africanas.



ITCHOMBI
Gentile M. Assih, 52 min
No vilarejo de Kéran, no Togo, acontece o Itchombi

bi, ritual de circuncisão que reúne todos os membros da etnia Solla.

Sessão: 14 de maio, 16h

MARIANA E A LUA
Licínio Azevedo, 80 min
Mariana Mponda, curandeira e líder de uma remota aldeia de Moçambique, vai para os EUA divulgar como a gestão comunitária dos recursos naturais mudou a vida em sua região.
Sessões: 14 de maio, 19h; 15 de maio, 16h



WALLAY
Berni Goldblat, 84 min
No limite dos seus recursos, o pai de Ady o confia a seu tio durante o verão.
Sessões: 17 de maio, 16h; 18 de maio, 19h

TANGO NEGRO – AS RAÍZES AFRICANAS DO TANGO

Dom Pedro, Louise de Prémonville, 93 min
Chegando a Paris em maio de 1968, Juan Carlos Cáceres é um militante que defende o tango a fim de assumir suas raízes africanas.
Sessões: 15 de maio, 19h; 16 de maio, 16h

MEMÓRIA ENTRE DUAS MARGENS
Frédéric Savoye, Wolimité Sié Palenfo, 90 min
Os diretores revisitam a história da colonização francesa na região Lobi, a sudoeste de Burkina Faso.
Sessão: 18 de maio, 16h

EXPOSIÇÃO

“SEM TÍTULO”

O segundo módulo da exposição “Sem Título” exhibe obras de alunos formados em Artes Visuais em 2017. A exposição reúne trabalhos em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica.

Visitação: 24 de maio a 15 de junho, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Entrada franca



MINHA CASA FEITA DE AREIA E ÁGUA SALGADA

A exposição apresenta trabalhos realizados por Paulo H. Lange entre 2016 e 2018. Os desenhos desenvolvem-se a partir do interesse nas diversas formas de operar a matéria gráfica e na capacidade

de sugestão de narrativas desviantes.

Visitação: de 25 de abril a 22 de maio, de segunda a sexta-feira, das 8 às 21h
Local: Espaço Ado Malagoli do IA
Entrada franca



MOSTRA DE VIDEOARTE AUDIOVISUAL SEM DESTINO 2018

Em sua 5.ª edição, o evento apresenta 28 trabalhos de artistas de diferentes partes do Brasil e tem como convidado o Lab eXtremidades.

Visitação: de 9 a 18 de maio, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18h
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Entrada franca

TEATRO



ACHADOS E PERDIDOS

Uma praça, seus frequentadores e transeuntes. A espera que não acaba. A saudade que não cessa. A solidariedade. A malandragem. A esperteza como única possibilidade de sobrevivência. Os encontros e desencontros. Achados e perdidos surgiu a partir de pesquisa com máscaras expressivas. (Direção: Alexandre Borin Antunes)

Apresentações: dias 02, 09, 16, 23 e 30, às 12h30 e às 19h30
Local: Câmpus Central da UFRGS, atrás da Rádio da Universidade
Duração: 40 minutos
Classificação indicativa: livre
Entrada franca

ONDE?

► **Sala Redenção**
Av. Engenheiro Luiz Englert
Fone: 3308.4081

► **Espaço Ado Malagoli**
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308.4302

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308.4302

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308.3058

► **Campus Central da UFRGS**
(atrás do prédio da Rádio da Universidade)

Meu Lugar na UFRGS

“Isso aqui é a minha vida”

FLÁVIO DUTRA/JU



Faz 25 anos que Ruth Maria Sotella de Oliveira sente-se conquistada pelo cotidiano de seu trabalho no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres e Marinhos (Ceram), um dos setores do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar), em Imbé, no litoral norte do estado. Além da beleza do local, em meio à natureza, ela diz que o convívio com os colegas ao longo desses anos faz do Ceram seu lugar na UFRGS. Foi ela, inclusive, em parceria com Cláudio Hilário, atualmente em licença, que realizou a capina inicial e construiu as primeiras cercas para delimitar a área. “Sempre eu e ele”, ressalta.

O dia de Ruth começa às 8h, quando alimenta os animais. Primeiro descongela os peixes e depois seleciona algumas das frutas que, às terças e sextas-feiras, coleta no supermercado que há 20 anos faz doações ao Centro. Junto com os bolsistas, ministra a medicação aos animais que estão em tratamento e alimenta com soro os debilitados. Durante a manhã, também arranja tempo para manter o lugar limpo. Embora seu expediente seja de segunda a sexta-feira até as 17h, aos finais de semana, quando os estudantes não podem ir alimentar os bichos, é Ruth quem vai socorrê-los.

Atualmente, o Ceram abriga um pinguim; um atobá, ave marinha que vive em mares tropicais e subtropicais; e um biguá, outra ave, conhecida como ótima pescadora. E tem ainda o Pablo, um lobo-marinho cego que vive no lago localizado em frente ao ambulatório. Mas é com Mosquito que a servidora tem maior apego. Ele é um bugio bebê que chegou ali ainda muito pequeno – “cabia na palma da mão”. Por isso, aos finais de semana, Ruth e o veterinário Derek de Amorim revezavam-se para cuidar do bugio em suas casas; amamentavam-no em curtos espaços de tempo. “Eu sei que logo ele vai embora, não tem como ficar aqui”, diz em voz

alta como para convencer a si mesma.

Geralmente, após serem tratados, os animais são transferidos para zoológicos ou devolvidos ao local de onde foram resgatados com ferimentos. Porém, ainda que essa seja a regra, nem sempre é isso o que ocorre. É o caso do Gordo, um leão marinho que viveu no Ceram durante 14 anos. “Ele pesava 23 quilos e media 81 centímetros.” Ruth é precisa ao lembrar como o Gordo veio parar no Ceclimar: “Ele vinha de Rio Grande, estava debilitado e, depois dos cuidados médicos, foi devolvido ao mar. Mas em poucos dias estava de volta, trazido por populares”. E isso ocorreu mais duas vezes, sendo que na última ocasião, como estivesse muito machucado, resolveram não soltá-lo mais. Ao contar sobre sua morte no ano passado, Ruth lamenta não ter podido acompanhá-lo naquele momento porque estava de férias. “Eles sempre morrem quando não estou aqui”, comenta entristecida.

Ao longo desses 25 anos no Ceram, Ruth pôde acompanhar as mudanças: piscinas foram desativadas e novas construídas. Hoje o setor compreende um prédio – que está sendo ampliado –, onde há uma enfermaria e uma pequena cozinha. A equipe é formada por um terceirizado, três técnicos do quadro, sendo um deles veterinário, e um bolsista, que inicialmente era selecionado entre os alunos de escolas públicas da redondeza, mas já faz alguns anos que são graduandos do curso de Biologia Marinha e Costeira ou de Gestão Ambiental Marinha e Costeira, vinculados ao Instituto de Biociências. Há também a colaboração da comunidade, que muitas vezes telefona para informar sobre animais encontrados na orla. Ruth sabe bem o que responder nessas horas: “Se não tá machucado nem sangrando, então deixa na praia porque está descansando”.

Jacira Cabral da Silveira

Perfil

A Hora e a Vez de José Humberto

Quem vê hoje em dia o professor de português e literatura José Humberto Martins Borges, ou simplesmente Zé, não imagina que sua trajetória se constituiu por acaso. De família pobre e nascido em São Leopoldo, foi criado em tantas outras cidades – seu pai trabalhava na construção civil, e o ofício exigia que a família fosse para onde estivesse o trabalho. Zé e seus irmãos desde cedo colaboram com o pai para auxiliar no sustento da família.

Após concluir o ensino fundamental em Alvorada, Zé matriculou-se no ensino médio no Colégio Estadual Dom João Becker, na zona norte de Porto Alegre. Enquanto estudava lá, envolveu-se com a igreja católica e conheceu pessoas que faziam faculdade – apesar de hoje não ser adepto a nenhuma crença religiosa, reconhece que a instituição foi fundamental para tomar conhecimento do ambiente universitário.

Com um sorriso no rosto, ele conta que foi saber o que era formatura quando a secretária da igreja concluiu o curso de Pedagogia. Ao terminar o ensino médio, teve vontade de entrar na universidade, mas naquele momento ainda não havia políticas de ações afirmativas, o que tornava a possibilidade de ingresso mais remota.

Cheio de desejos e esperanças, o destino lhe deu uma rasteira: seu pai foi assassinado de forma covarde. A família ficou devastada, e dali para frente sua vida tomou o rumo do acaso. Ele passou a trabalhar intensamente para ajudar no sustento dos irmãos e da mãe, mas sem perder o desejo de entrar na UFRGS. Desviando do acesso fácil a drogas e da violência que o rodeava, Zé se ins-

creveu para prestar vestibular no mesmo ano que seu pai faleceu.

Na verdade, ele não sabia ao certo o que era, de fato, a UFRGS. Tampouco tinha alguma ideia de como devia se preparar para as provas. Frequentando a biblioteca pública de Alvorada, ele estudou por conta própria, mesmo sem conhecer o edital ou ter acesso aos exames dos anos anteriores. Recebeu apenas um auxílio superficial da bibliotecária, o que não o impediu de ler *Fausto*, de Goethe, “quem é que lê isso para o vestibular?”, diverte-se.

Em 2001, na primeira tentativa, ele entrou para o curso de Filosofia. O choque de realidade foi algo que mexeu com o novo estudante, que conciliava a faculdade com o trabalho na construção civil. Ele acredita que as coisas acontecem por acaso e que talvez a vida não lhe desse outra oportunidade, pois, como ele mesmo aponta, “um guri de periferia, face a face com a violência, não teria mais uma chance. A vida não ia me permitir mais um ano”, destaca.

Superando a morte do irmão do meio, ele se formou em Filosofia em 2003 e, no ano seguinte, começou a cursar Letras. Em 2005, por meio de um amigo da graduação, foi apresentado ao PEAC – Projeto Educacional Alternativa Cidadã, cursinho pré-vestibular popular em que passou a dar aulas de literatura. Ali começa a realização de um sonho.

O projeto teve sua primeira turma no ano 2000, com sede no Instituto de Física, no Câmpus do Vale. Voltado para alunos de baixa renda que têm o sonho de entrar na universidade, além de preparar para o vestibular e outros concursos, o PEAC

conscientiza cada aluno de sua importância enquanto indivíduo social. Em 2006, Zé assumiu a coordenação do PEAC. Insatisfeito com alguns aspectos do projeto, ele buscou oficializar o curso dentro da UFRGS.

Três anos depois, com o projeto em andamento e a vida se ajeitando, novamente ele foi atingido pelo assassinato de mais um irmão, agora o caçula. A fala embargada e o olhar perdido demonstram sua frustração por não ter conseguido ajudar esse irmão, já que se dedicava tão intensamente a colegas e alunos do PEAC. Mais uma superação pela frente, ele tomou o curso como seu fortalecimento e estímulo: “Não fosse o PEAC, não sei onde eu estaria”, afirma.

Hoje, o projeto conta com sete turmas, sendo uma exclusiva para medicina, e tem um espaço dentro da Universidade. O Zé lá da periferia de alguns anos atrás amadureceu e ajudou o Alternativa Cidadã nesse processo. Ele não imaginava que hoje seria exemplo para os alunos e que fosse ajudar tanta gente. Atualmente, é técnico em Assuntos Educacionais no Instituto de Física, cursa Direito e segue com o desejo de auxiliar quem precisa.

Cita *A Hora e a Vez de Augusto Matraga*, conto de Guimarães Rosa, para refletir sobre a dificuldade de se lidar com os traumas. Nesse processo, a entrada na universidade e o PEAC foram fundamentais para ele canalizar a revolta da melhor forma possível e transformar tudo isso em coisas boas: “A UFRGS mudou a minha vida”, sintetiza.

Natássia Ferreira,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

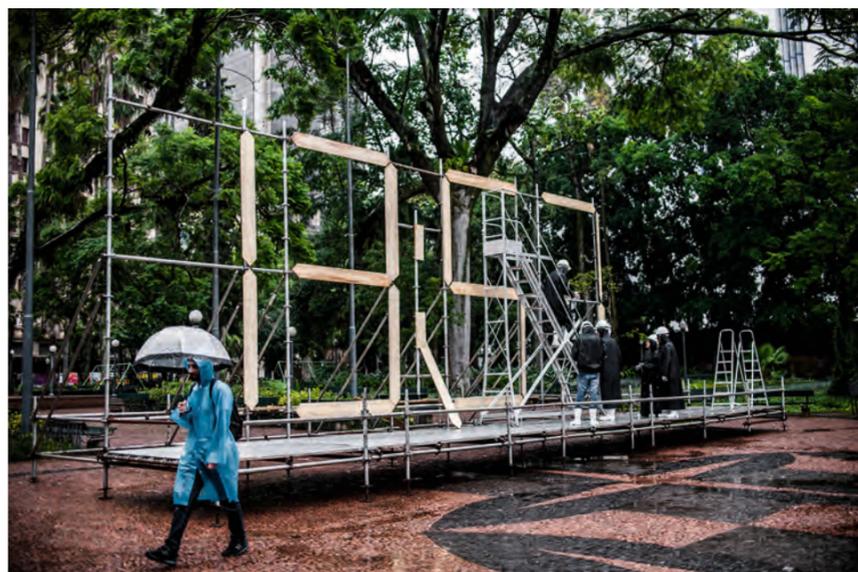
Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Arte na praça

TEXTO **THIÉLE ELISSA**

IMAGENS **THIÉLE ELISSA E TUANE EGGERS**

A 11.ª Bienal do Mercosul tem levado visitantes ao Centro Histórico de Porto Alegre desde o início de abril e aborda questões acerca do tema *O Triângulo Atlântico*. A linha de pensamento curatorial proposta por Alfons Hug e Paula Borghi tematiza questões contemporâneas, como miscigenação, fluxos migratórios, traços comportamentais, diálogos com a história e relação do indivíduo com a sociedade. Quem vai à Praça da Alfândega se depara com três espaços expositivos com conteúdos diferentes, mas bem costurados. Destaque para duas obras-performances: *Standard Time*, de Mark Formanek, localizada na Praça da Alfândega; e *Departamento de Recursos Não Revelados*, de Mark Dion, vista no Santander Cultural. A primeira consiste em um relógio de madeira controlado por operários que mudam os minutos manualmente – maneira sugestiva de pensar a nossa relação com o tempo e com as relações de trabalho. A segunda é constituída por um banco cheio de cofres, com os quais se pode interagir, pelo sorteio de uma chave, e ver o que se encontra dentro – desde paçoca até documentos antigos. Outro ponto alto desta edição foi a performance de Vivian Caccuri, no dia 7 abril. Funk e pop tocando nos *Sound Systems* até que estes foram destruídos sem piedade por uma patrula e um rolo compressor, numa tentativa de ressaltar criticamente as apreensões e destruições de caixas de som utilizadas por diferentes grupos em ambientes públicos. Nem melhor nem pior, mas com certeza uma Bienal diferente.



- 1 – LOCAL: MEMORIAL
ARTISTA: ANNA AZEVEDO
OBRA: VÍDEO
- 2 – LOCAL: SANTANDER
ARTISTA: DALTON PAULA
OBRA: COLEÇÃO SINOS E CAPRINOS
- 3 – LOCAL: PRAÇA DA ALFÂNDEGA
ARTISTA: MARK FORMANEK
OBRA: STANDARD TIME
- 4 – LOCAL: MARGS
ARTISTA: ROMI POCZTARUK
OBRA: PERFORMANCE
- 5 – VISITAÇÃO DE ESCOLAS
- 6 – LOCAL: MEMORIAL
ARTISTA: VIVIAN CACCURI
OBRA: PERFORMANCE

THIÉLE ELISSA E TUANE EGGERS SÃO FOTÓGRAFAS DA FUNDAÇÃO BIENAL E FAZEM O REGISTRO DAS ATIVIDADES E EVENTOS QUE OCORREM DURANTE A 11.ª BIENAL DO MERCOSUL

1

2

3

4

5

6



Legados de 68

Por que lembrar o maio de 68? Para Robert Ponge, significa não só impedir que se apague a memória coletiva e histórica, como também compreender e extrair ensinamentos, mesmo que não sejam diretamente aplicáveis ao momento atual. Há cinco décadas, Robert estava lecionando em Londres, mas retornou a Paris no início de julho daquele ano, onde cursava uma pós-graduação em língua e cultura inglesa. Teve oportunidade de participar de algumas das grandes assembleias estudantis na Sorbonne. “Foi o maior movimento da França contemporânea. Exigia mudanças políticas e sociais, além da saída do general De Gaulle. Um dos lemas era: ‘Dez anos é demais.’ Apesar de ter sido uma figura-chave no enfrentamento da ocupação nazista durante a Segunda Guerra, De Gaulle vinha governando o país desde 1958, tendo chegado ao poder por meio de um golpe de estado. Além do que, defendia uma política de ataque aos direitos sociais, com ameaças à aposentadoria, ao funcionalismo público e ao ensino público gratuito. Em certa medida, as mesmas disputas que vemos hoje, em outro contexto.”

Professor aposentado e docente convidado do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, Ponge avalia o maio de 1968 como um movimento pacífico, poderoso e amplo que estava prenhe de uma revolução – que não aconteceu. Isso porque os dois partidos de esquerda da época – o socialista e o comunista – aceitaram a jogada proposta por De Gaulle, que

antecipou as eleições presidenciais. Na sequência, os sindicatos também negociaram algumas conquistas, o que acabou isolando o movimento estudantil e levando suas lutas ao esgotamento. O general venceu o pleito, mas seu governo não duraria além de 1969.

Apesar desse desfecho, aquele ano que havia começado com protestos contra a Guerra do Vietnã, a “Primavera de Praga”, o assassinato do líder Martin Luther King e o massacre de estudantes em Tlatelolco, na Cidade do México, inspirou a juventude a enfrentar todas as formas de arbítrio, e não só no campo da política. No Brasil, 1968 começou com o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto por policiais militares em 28 de março durante um protesto no Rio de Janeiro; prosseguiu com a passeata dos 100 mil no centro da capital carioca, no dia 26 de junho, reunindo estudantes, religiosos, artistas e outros setores da sociedade em protesto contra a ditadura civil-militar; perseverou com a prisão em massa de todos os participantes do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, em 12 de outubro; e se encerrou em 13 de dezembro com a edição do AI-5, que autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do habeas corpus.

A professora da Faculdade de Arquitetura Wrana Panizzi era estudante na Universidade de Passo Fundo em 1968. Ela acredita que a agitação daquele ano trouxe ensinamentos sobre o valor de lutar, de ter uma causa. “Particularmente, 68 me deu duas coisas importantes: a visão de que Passo Fundo não acabava no horizonte do Boqueirão e a ideia de que não nos realizamos no singular, mas só no plural. Acho que a gente tem de ter uma causa. Eu passo mal quando não tenho um projeto!” Para ela, a partir do entendimento de que as pessoas têm um papel na transformação da realidade, é necessário compreender que esse projeto não se faz isoladamente. Mesmo porque ninguém pode se pretender um salvador capaz de mudar o mundo sozinho.

Reitora da UFRGS de 1996 a 2004, Wrana acha que as universidades deveriam colocar 1968 como um ponto de discussão fundamental. “Dou aula para a graduação e percebo que nossos alunos, muitas vezes, não sabem o que foi aquele movimento. Preservar essa memória coletiva, rememorar os acontecimentos pode servir para que recuperemos uma perspectiva de longo prazo, de esperança e até de encantamento. Nós perdemos o encantamento, que precisa ser recuperado. Basta ver o que são nossas políticas estudantis, muito vinculadas a partidos políticos. Por isso digo, correndo o risco de ser mal interpretada, que a universidade se despolitizou e se partidizou”, critica.

Um ano que encerrou antes o

Para quem é aluno de universidade pública é algo impensável frequentar os anos da graduação com a mesma turma de colegas, mas essa era a realidade de quem foi estudante universitário antes da reforma de 1968, implantada pela Lei n.º 5.540. A medida adotada pela ditadura civil-militar teve, entre outros propósitos, o controle político das instituições federais de ensino superior, por meio da chamada “racionalização administrativa”, e a formação acelerada de mão de obra para atender às demandas da economia. Suas principais consequências foram a expansão das matrículas em universidades, principalmente no setor privado, e o prolongamento da interferência nos ideais “revolucionários” na educação superior. À nova legislação juntou-se a repressão aos grupos de esquerda, dentro e fora do ambiente universitário. Na UFRGS, entre 1964 e 1969, foram expurgados 39 professores e expulso um número indeterminado de alunos, por meio de processos autoritários disfarçados de atos legais. Em 1968, o movimento estudantil assistiu à progressiva consolidação da força como argumento, culminando com a edição do Ato Institucional n.º 5, que violava os direitos humanos mais essenciais, como a liberdade de expressão e a defesa em juízo. O JU conversou com mulheres que viveram essa época para ouvir suas narrativas sobre um tempo em que o diálogo foi cancelado por decreto e a intolerância aplaudida como solução.

A professora aposentada do IFCH **Lorena Holzmann** ingressou na UFRGS em 1964 para fazer o bacha-

relado em Ciências Sociais. “Ali era o centro nevrálgico do movimento estudantil. Entrei na Universidade e, semanas depois, ocorreu o golpe. Em 1968, o clima era de muita tensão, porque todo mundo falava cuidando quem circulava por perto. Havia a compreensão de que a Universidade estava cheia de olheiros: um pessoal que andava por ali para sentir o clima, ver quem eram as pessoas comprometidas com o movimento. Mas não nos sentíamos vigiados, pois esses olheiros não se identificavam.”

Ela recorda da grande agitação política: “A gente ficava sabendo das prisões de estudantes, e a coisa ficou muito feia depois do AI-5. Mas não havia essa agressividade, esse ódio que se sente atualmente. Às vezes, as pessoas aplaudiam a Parada dos Bixos, mas não me lembro de acirramento ou de movimentos de massa como o MBL e o Vem pra Rua”. Antes de entrar na Universidade, Lorena tinha o hábito de assistir à Parada, momento em que os calouros desfilavam pela Rua da Praia até a Praça da Matriz, fantasiados com alegorias muito críticas, questionando coisas como o atraso nas obras do Hospital de Clínicas ou o aumento das taxas postais. Conforme a docente, entre 1964 e 1968 os protestos e choques com a polícia foram frequentes: “Éramos jovens e íamos para a rua. Teve uma ocasião em que organizamos uma passeata que seguiria pela Rua da Conceição, e a polícia fechou a saída da reitoria para impedir nossa passagem. Sentamos no meio da rua, e nos deram um prazo para sair, mas quando levantamos baixaram o pau! Saímos correndo para dentro

da Faculdade de Filosofia. Em outra passeata, após o assassinato do Edson Luís, fizemos uma manifestação na Praça Rui Barbosa, rebatizada por nós como Praça Edson Luís. A polícia interveio com violência e eu e minha irmã acabamos buscando abrigo na antiga escolinha de artes do Theatro São Pedro”.

De acordo com Lorena, que se graduou no bacharelado em 1967 e retornou no ano seguinte para cursar a licenciatura, não ocorriam tantos debates em sala de aula, embora houvesse certa animosidade e professores que “marcavam” os alunos de esquerda que assumissem um posicionamento político de oposição aberta ao regime.

Mercedes Loguercio Cánepa é professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFRGS e foi colega de turma de Lorena ao ingressar na Universidade em 1964. Uma das fundadoras da Associação dos Sociólogos do RS, entidade da qual foi presidente, integrou, durante a graduação, um projeto de pesquisa liderado pelo professor Leônidas Xausa. Participavam desse grupo Lorena e outros alunos, como Francisco Ferraz e Héliogio Trindade, que posteriormente se tornariam reitores da Universidade na fase de redemocratização do país. A equipe havia recebido bolsas da Fundação Ford para a realização de um estudo sobre a história política em nosso estado. Quando o docente foi aposentado compulsoriamente na segunda leva de expurgos na UFRGS, em 1969, ela defendeu a paralisação do projeto: “Xausa ficou sabendo do

meu posicionamento e me telefonou já exilado no Chile, defendendo que não devíamos interromper o trabalho por acreditar que os militares não deixariam o poder tão cedo. Naquele momento ele já tinha essa percepção! Também alertou que os integrantes de nosso grupo deviam ingressar como docentes, prosseguindo com os estudos, pois seria a partir das Universidades que se poderia articular algum tipo de resistência”.

Embora não sentisse diferença de tratamento ou empecilho ao exercício de qualquer atividade no ambiente universitário pelo fato de ser mulher, admite que isso ocorria no âmbito familiar. “Certa vez, quiseram que eu presidisse o Centro Acadêmico das Ciências Sociais, e indiquei o André Forster, por não querer problemas com minha família. À época, era complicado uma moça participar de reuniões até tarde da noite”, conta.

Na avaliação dela, 1968 foi um ano bastante pesado no país, porque significou uma tentativa fracassada de reagir ao golpe. “As coisas vinham ficando gradativamente mais complicadas: em 1967, minha turma nem teve cerimônia de formatura! Tentamos resistir de todas as maneiras. Meu irmão, que era aluno do Direito e foi ao Congresso da UNE, em Ibiúna, acabou preso. Em dezembro daquele ano, com o AI-5, a coisa piorou de vez. Eu já não fazia parte do movimento estudantil, pois havia me formado.”

Maria Helena Degani Veit ingressou na Licenciatura em Ciências Sociais da UFRGS em 1964, aos 26 anos. “Eu já estava entrando no rol

das solteironas, era a mais velha entre meus colegas e vinha de uma família muito conservadora. Apesar disso, fazia coisas incomuns para uma moça na época, como ir sozinha ao cinema. Não tinha vivência política nem preconceito contra coisa alguma. Era contra a ditadura militar, mas também contra a ditadura do proletariado”, explica. Antes de ingressar na UFRGS, aconselhou-se com o professor João Guilherme Corrêa de Souza para saber em que consistia o curso de Ciências Sociais. Ele e Ernani Maria Fiori foram seus grandes mestres. “Minha maior decepção foi quando o Fiori foi expurgado da Universidade, quase no mesmo mês em que meu pai faleceu. Fui visitá-lo, e ele me disse que isso não era importante. O que interessava era ‘o caminhar da grande caravana’”, relembra, acrescentando que sua turma decidiu homenagear Fiori, convidando-o como paraninfo da formatura que ocorreria em dezembro de 1967. “Ele não compareceu, dizendo que não se sentaria ao lado de apoiadores da ditadura. Acabou que não tivemos cerimônia.”

Já cursando o bacharelado, em 1968, foi orientada por Leônidas Xausa a realizar sua pesquisa de campo sobre comportamento político junto aos moradores do Morro Santa Teresa, na zona sul da capital. O tema do trabalho gerou preocupação em sua mãe. Contudo, Maria Helena diz não ter vivido a agitação política por ser bastante tímida: “Ia pra casa e estudava. Não me abria com meus colegas porque sabia que minhas ideias eram diferentes e que seria crucificada por isso. Fui engajada



rou de terminar

no meu curso, mas não politizada, tanto que não tive consciência do que representaram os Atos Institucionais naquela época. Só fui me dar conta durante o doutorado no Canadá, em 1978, quando me advertiram para que não participasse de eventos acadêmicos em que houvesse russos, pois perderia minha bolsa. Aquilo me deixou muito mal”, reconhece.

Entre 1968 e 1972, **Wrana Maria Panizzi** cursou Filosofia e Direito na recém-criada Universidade de Passo Fundo (UPF), acompanhando de longe o que se passava no centro do país. Ela presidiu o Diretório Acadêmico da Filosofia. Entre os fundadores daquela instituição, havia o padre jesuíta Elydo Alcides Guareschi, que mais tarde se tornaria reitor e secretário municipal de Educação, e o professor Carlos Nicolau Galves, jurista e economista de grande influência. Guareschi era muito acessível e sempre arrumava tempo para conversar com os alunos. Galves morava no centro e costumava ir para a frente da sua casa ao meio-dia para falar com os estudantes que por lá passassem. “Lembro que eu e meu irmão, estudante de Agronomia, gostávamos muito dessas conversas, nas quais fiquei sabendo de coisas como a Semana de Arte Moderna ou o filme *2001: uma odisseia no espaço*. Ele era uma referência na cidade.”

Ao lado do amigo Gilberto Borges, com quem compartilhava uma assinatura do *Jornal do Brasil*, Wrana costumava ficar da manhã à noite na universidade. O grupo de estudantes organizava debates, semanas acadêmicas e culturais, editava um jornal

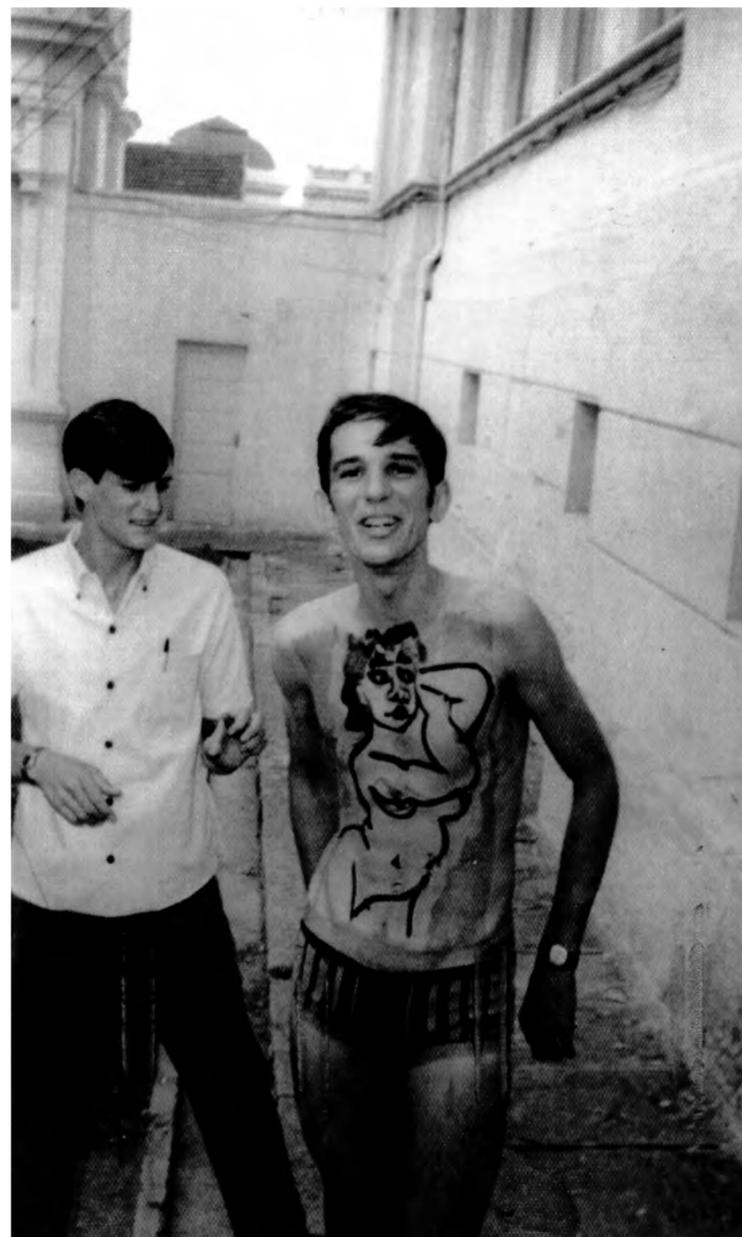
e promovia reuniões dançantes para arrecadar fundos. “O salão era cedido pela UPF nos sábados à tarde. O engraçado é que quem dançava eram os outros; nós ficávamos limpando e organizando a festa! Isso era uma forma de manter o jornal e ganhar dinheiro para pagar passagens para o pessoal ir aos congressos estudantis.”

Wrana relembra que era comum queimar papéis no fundo do quintal de casa, escondido dos vizinhos e até da família, pois muitas publicações e documentos poderiam levar à prisão. No final de 1968, ela viveu um momento marcante: “No dia 14 de dezembro, tivemos a formatura da Filosofia. Era o tipo de evento que eu não perderia porque gostava e, também, por fazer parte do diretório acadêmico. O paraninfo, Padre Alcides, fez um discurso sobre o papel da educação como preparação para a vida em que mencionou Che Guevara como exemplo de como era importante estudar e agir sobre as causas dos problemas que afligiam a sociedade, e não apenas sobre seus efeitos. Claro, no outro dia foi chamado no quartel! A gente foi pra frente do prédio protestar, e ele acabou não ficando preso.”

Mesmo depois do AI-5, Wrana continuou fazendo política estudantil, apesar do temor da mãe. Deixou de ir ao Congresso de Ibiúna por um problema de última hora, e quando os colegas foram libertados, organizou uma recepção no salão de atos da Universidade. “Eu tinha um pouco de receio, mas isso não me tolhia porque eu acreditava e, quando acredito, me atiro mesmo! Lamento que atualmente os diretó-

rios e centros acadêmicos tenham perdido muito dessa efervescência”, observa, lembrando que, por ser representante discente, participava das reuniões dos conselhos universitários. “Tínhamos uma boa convivência com os professores, o que acabou após as mudanças da reforma de 68. Terminaram não só as turmas, mas também os encontros na sala dos professores. Havia o saguão da universidade, a biblioteca e um cachorro-quente do qual tenho saudade até hoje. A gente vivia a universidade de forma intensa.” Ela recorda que alguns dos cassados na UFRGS, como Gerd Borheim, Carlos Roberto Cirne Lima e Ernildo Stein, foram dar aulas na UPF. Paulo Freire também esteve realizando cursos em Passo Fundo. Outro mestre que marcou época foi o historiador Amado Cervo, que se tornaria docente na UnB e no Instituto Rio Branco. “Ele dava aulas maravilhosas sobre teoria do conhecimento e ministrou uma disciplina de metodologia científica nos ensinando as várias facetas de como se pode construir um problema de pesquisa.”

Wrana avalia que a reforma do ensino levada a cabo pelos militares foi prejudicial à Universidade, porque afastou a possibilidade de se ter uma vida mais coletiva, eliminando-se as turmas, as discussões e o convívio com os professores. “Foi uma mudança que fortaleceu o conservadorismo. Hoje se diz que a universidade precisa criar competências, mas não é só isso, ela tem de ser uma instituição com compromisso com o seu entorno e estratégica para a região onde se localiza”, conclui.



“68 foi abismante”

O compositor e cantor Raul Ellwanger acha que as pessoas têm razão em ter saudade de 1968. “Havia certa ingenuidade, uma aspiração, o desejo de ter uma vida linda pra todo mundo, igualitária. Mas vai ali na Borges de Medeiros hoje e olha aquele pessoal vivendo debaixo do viaduto. Aquilo é inaceitável em um país riquíssimo como o nosso!” Filho da classe média, depois de ter estudado no Colégio Anchieta, onde fez seu primeiro show, ingressou no curso de Direito de PUCRS em 1966. O Brasil já vivia sob uma ditadura civil-militar, mas o regime ainda mantinha uma máscara de normalidade. “Penso que a romantização da figura do Che Guevara, aceleradíssima com sua morte, nos influenciou muito. O importante naquele momento era lutar contra a ditadura. Claro, era diferente entre os militantes, que ficavam brigando entre si, como fazem até hoje”, relembra. Nesta entrevista, Ellwanger recorda dos grandes movimentos artísticos e da agitação estudantil ocorridos naquele ano intenso e desigual.

Como foi o teu 1968 em Porto Alegre?

Pessoalmente, foi um negócio quase inacreditável. Nesse ano, a gente criou a Frente Gaúcha da Música Popular – eu tenho o manifesto publicado no dia 5 de maio no Correio do Povo pelo Osmar Meletti – e ocorreram dois festivais importantes: o Universitário, da Arquitetura da UFRGS, e o outro, promovido pela TV Gaúcha, que era parte da rede Excelsior. Neste, os finalistas iam competir no Rio de Janeiro, numa final que pegava sete ou oito estados onde eles tinham as afiliadas. Eu participei desses dois eventos e me saí muito bem artística e competitivamente. O da TV Gaúcha fez eliminatórias em todos os cinemas de bairro, e a final foi no Grêmio Náutico União. Nenhum de nós

tinha sequer uma música gravada, muito menos um disco que tocasse em rádio! Eu era cara dura, tocava três notinhas no violão e tirei o segundo lugar no Festival Sul-brasileiro da TV Gaúcha. Com isso, fui para o Rio, toquei no Maracanzinho, gravei finalmente uma faixa, fiz a minha estreia. Quando fui classificado para o Festival da Record, em 69, já não pude ir, porque iriam me prender se eu aparecesse. Ao mesmo tempo, comecei a trabalhar no escritório de advocacia trabalhista do Afrânio Araújo, que era muito forte. Eu já havia tirado a carteirinha da OAB e passei a fazer audiências na Justiça do Trabalho. Concomitantemente, participava de reuniões com os trabalhadores mais mobilizados. A gente tinha muitas ramificações, num tempo em que o sindicalismo estava sob intervenção. Tudo nascia do “chão da fábrica”, contra as diretorias, e havia grandes reivindicações trabalhistas. Inclusive em 68 houve uma série de greves sobre as quais pouco se fala: na Wallig, no Estaleiro Só, ocorreram movimentos organizados contra os pelegos sindicais, contra a estrutura e a polícia política.

E como tu conseguiste dar conta de tudo isso?

Eu tinha 20 anos. Hoje a sensação é de que eu não dormia! Eu namorava, jogava futebol, ia às audiências da Justiça do Trabalho, ganhava meu dinheiro – algo que não tinha ainda experimentado na vida –, tanto que saí de casa e fui morar em um apartamento com uma geladeira e um colchão. Foi quando descobri que a geladeira não se enchia sozinha! Um tempo de grande intensidade emocional, pessoal, profissional, cultural. E eu ainda compunha. Foi o ano do manifesto, que eu redigi. O ano em que fui eleito para o diretório dos estudantes de Direito da PUCRS, com toda a dificuldade política

que havia por lá. No meu primeiro ano de faculdade, em 66, quando a universidade ainda funcionava ali no Colégio Rosário, no Centro, fiz *PUC fala em amor e verso*, o primeiro show da minha vida.

Mas aqui já havia uma ditadura que deixou cair a máscara depois de dezembro de 68.

De 64 a 68 tivemos um período diferente, no qual mantiveram uma aparência de relativa normalidade, apesar de ter havido um golpe puro e seco. O Congresso tinha derrubado o presidente que, por sinal, estava em Porto Alegre. Lembro muito bem daquele deputado [Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático, então presidente da Câmara dos Deputados que assumiu a presidência do país na madrugada de 2 de abril de 1964], declarando que a cadeira do Jango estava vaga. Com a decretação do AI-5, as coisas se acirraram. Por exemplo, até dezembro de 68, havia o habeas corpus. A gente tinha um grupo chamado União Operária, liderado pelo Carlos Araújo, que fazia um meio caminho entre a luta sindical e o reflexo político disso. Esse grupo de trabalhadores e advogados produzia um jornalzinho e reunia pessoas emblemáticas como o Antônio Losada, alfaiate, líder sindicalista e vereador cassado que anos depois seria preso pelos milicos. Ele já era um senhor que tinha rompido com o Partido Comunista, como todos nós. Havia muitos advogados envolvidos, que já vinham de militâncias nos partidos Trabalhista, Socialista e Comunista. Lá por 67, 68, fazíamos reuniões nas igrejas para organizar as reivindicações da Wallig, da Zivi-Hércules, com cerca de 800 trabalhadores. Essas indústrias haviam descumprido tantas leis, e por tanto tempo, que os empresários imploravam por um acordo.

Em junho de 68, houve uma grande passeata que terminou em confronto no Centro de Porto Alegre. Tu participaste?

Eu participei daquele quebra-pau defronte à prefeitura perifericamente, mas me lembro muito bem. Nessa época, trabalhava no escritório de advocacia do Dr. Telmo, no edifício Missões, que ficava ao lado do antigo Guaspari. Eu fui lá, fiz o que pude, mas aí subi para o escritório e fiquei assistindo à confusão toda lá de cima.

Tiveste envolvimento com o movimento estudantil?

Sim, mas a turma da esquerda da PUCRS eram os patinhos feios. Havia várias tendências, mas eu nem percebia essas articulações na universidade. Lá o que existia claramente era a Arena e o MDB. Pujol e Fogaça eram os líderes estudantis da Arena, o partido que apoiava o regime militar. Eu não entendia nem tinha experiência, além disso, as coisas eram feitas de forma discreta. A gente percebia que na UFRGS havia um grupo em torno do Raul Pont e do Flávio Koutzii, e outro formado pelos chamados cristãos da Juventude Universitária Católica (JUC). Aí, quando teve o Congresso Regional da UNE, lá no morro Santo Antônio, descobri que a coisa era disputada, porque havia dois caras que brigaram o tempo todo. Eles esculhambaram aquele congresso de tanto que brigaram. Teve gente da Engenharia que tínhamos conseguido levar para o movimento pela primeira vez e que veio reclamar: “Puxa, que fria aquela xaropada, aqueles dois caras brigando!”. Nesse encontro, escolheram os delegados que iriam pra Ibiúna. Eu fui eleito junto com o Alceu Flores, mas fiquei doente, e no meu lugar foi o Vitor Hugo Sperb, que acabou preso. Anos depois, ele me gozava dizendo: “Poxa, muito boa aquela tua gripe, né?”.



FLAVIO DURRA/JU